

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO
RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX

PEDRO ARTHUR TENÓRIO SILVEIRA DE
ALBUQUERQUE

COOPERATIVISMO E A CRIAÇÃO DE COMUNIDADES: UM
ELO POSSÍVEL. A experiência da Cooperativa dos Produtores Rurais
do Agreste de Pernambuco (Copag)

Recife, PE

2014

Pedro Arthur Tenório Silveira de Albuquerque

**COOPERATIVISMO E A CRIAÇÃO DE COMUNIDADES: UM
ELO POSSÍVEL? A experiência da Cooperativa dos Produtores
Rurais do Agreste de Pernambuco (Copag)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Maria Luiza Lins e Silva Pires.

Recife, PE

2014

Pedro Arthur Tenório Silveira de Albuquerque

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Maria Luiza Lins e Silva Pires.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires - Posmex/UFRPE

Profa. Dra. Irenilda Lima – Posmex/UFRPE

Prof. Dr. Emanuel Sampaio – Avaliador externo/Universo

Prof. Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito - Deciso/UFRPE

Aos agricultores e toda a comunidade do
município de Bonito.

“Em um universo infinito, o local pode abranger algo tão gigantesco que sua mente se encolhe diante dele” (Frank Herbert, 1976, “Os filhos de Duna”).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por me possibilitar ter tido forças e saúde para chegar ao final desta jornada. Obrigado por sempre me guiar pelos melhores caminhos e cumprir meus desígnios.

Aos meus queridos pais, meus grandes ídolos e exemplos de seres humanos, por acreditarem em mim e me apoiarem sempre nas minhas escolhas. Importante também citar meus demais familiares, por todo o apoio concedido: irmãs, tios, tias, primos, primas e, recentemente, meus tesouros preciosos: Bento, Isadora e Francisco.

À minha orientadora, professora Dra. Maria Luiza Lins Silva e Pires, que me mostrou, com sabedoria e paciência, o construto intelectual para se realizar um trabalho desse porte. Eu posso dizer que a minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem a sua participação. Muito obrigado por tudo, Milu!

Aos professores do Posmex: Irenilda Lima, Angelo Brás Callou, Maria Salett Tauk, Betânia Maciel, Hulda Helena Coraciara Stadtler e Graça Ataíde por todo companherismo, aprendizado e discussões enriquecedoras. Agradeço, também, com muito entusiasmo aos profesoeres Emanuel Sampaio e Paulo Afonso, que aceitaram, prontamente, o convite para participar da banca examinadora.

Ao Moacir e sua família, pela companhia, amizade e lealdade, por me fazerem ter total ciência de que estariam para mim para o que necessitasse.

Aos meus amigos, que estiveram comigo nessa jornada, que sempre me animaram e me deram forças para continuar, em especial a Manuella Oliveira, Danielle Mesquita, Luciano Cipriano, Tathiana Souto, Maxwell Almeida, Milenna Alves, Carmelo Pina, Solange Porto, Rene Albino, Marcello Brusin, Emmerson Pereira, Cromacio José, Eliane Rufino, Karla Ribeiro, Rosa Menezes e Janaína Melo.

Aos agricultores familiares associados da Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco (Copag), que gentilmente concederam as entrevistas para que pudesse levar o estudo adiante.

Por tudo que tenho vivido até o presente momento,

muito obrigado!

RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender a relação entre cooperativismo e redes, destacando sua importância para a criação do capital social e formação de comunidades. Tais redes, estabelecidas entre os associados no âmbito de suas práticas cotidianas e no âmbito do jogo das relações instituídas entre as cooperativas e demais atores sociais (ONG's e entidades públicas), contribuem para a recriação de comunidades, instaurando novos processos de mutualidade e novos métodos de organização do trabalho e da produção. A noção de “comunidade”, por sua vez, traz à tona compromissos de longo prazo, direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis (BAUMAN, 2003), aproximando-se do conceito de capital social discutido por Coleman (2011) e Putnam (2002) e que se pauta numa ideia de confiança, normas, laços sociais e solidariedade como prerrogativas da sociedade democrática. Essas redes, que envolvem esferas sociais, institucionais e empresariais, ao serem reconhecidas e valorizadas, influem no desenho do território. Nesse sentido, o território passa a ser reconhecido como espaço de expressão de uma teia de atores, que é também dinamicamente (re)definida como resultado dessa rede (SABOURIN, 2009). O território costuma ser também identificado por meio da valorização da cultura e das tradições locais, a partir de um processo de articulação e de interação social permitido pelo capital social (ABRAMOVAY, 2003). Assim sendo, quais são as redes sociais e como tais redes se articulam via processos cooperativos? Esta questão é avaliada por meio de um estudo de caso de uma cooperativa situada no agreste do Estado de Pernambuco. Os dados coletados nessa pesquisa revelam uma grande capacidade de articulação entre os seus associados na criação de outras práticas coletivas de interesse do grupo. A criação de um sindicato no município, a participação de associados da cooperativa nas associações do Sítio de Mucuri, no assentamento de Dois Braços e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário (CMDA) constituem os fios que tecem essa rede comunitária. Nessa perspectiva, estima-se que o presente estudo possa contribuir para explicitar as estratégias singulares instituídas coletivamente por atores locais capazes de ampliar a articulação entre seus membros e de inaugurar outras práticas coletivas de interesse do grupo.

Palavras-chave: cooperativismo agrícola, comunidade, redes, agricultura familiar, capital social, desenvolvimento local.

ABSTRACT

This study aims at understanding the relation between cooperatives and networks, highlighting its importance to the social capital creation as well as to community formations. Such networks, established among the cooperatives in their daily practices and other social actor actors (NGOs and public entities), contribute to the reconstruction of communities, establishing new processes and new mutuality methods of work organization and production. The notion of "community", on the other hand, raises long-term commitments, inalienable rights and unshakable obligations (Baumann, 2003), thus, closer to the concept of social capital discussed by Coleman (2011) and Putnam (2002), and that is guided in an idea of trust, rules, social ties and solidarity as key fundamental ingredients to expand the spaces for democratic participation. These networks, which involve social, institutional and company spheres, as long as recognized and valued, affect in the territory design. Thus, the territory becomes recognized as a space of expression of social network web, which is also dynamically (re)defined as a result of such a network (SABOURIN, 2009). Usually, the territory is also identified by means of cultural values and local traditions, based on an articulation and social interaction process permitted by social capital (ABRAMOVAY, 2003). As such, which are the social networks and how they articulate via cooperative processes? This question is evaluated based on a case study of a cooperative situated in the rural area of the Pernambuco State. The data points to the huge capacity of articulation among the cooperativists in the creation of other collective practices of group interest. The creation of a communitarian labor union, the participation of the associates in the cooperatives of Mucuri, in the settlement of Dois Braços and in the Municipal Board of Agrarian Development (MBAD) constitute the threads that weave this communitarian network. In this perspective, we believe that this study contributes to explain the singular strategies collectively constituted by social actors able to stimulate the articulation capacity among its members and other collective practices to the group interest.

Key-words: Agrarian Cooperativism, community, networks, familiar agriculture, social capital, local development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

CMDA- Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento

Copag – Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco

Fetraf - Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPA – Instituto Agronômico de Pernambuco

Iterpe - Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OCE - Organização Estadual de Cooperativas

ONG's – Organizações não governamentais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUB - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEMA- Secretaria Municipal da Agricultura

Sescoop - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

Sintraf - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Unicafes - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – A REGIÃO AGRESTE DESTACADA EM COR AMARELA; FONTE: WWW.AQUIPERNAMBUCO.COM.BR.....	22
FIGURA 2: MODELO COMUNIDADE-SOCIEDADE (TÖNNIES, 1947: P. 313)	44
FIGURA 3: SEDE ALUGADA DA COPAG.....	83
FIGURA 4: IRRIGAÇÃO DAS PLANTAÇÕES EM UMA UNIDADE PRODUTIVA.....	83
FIGURA 5: PLANTAÇÃO DE CARÁ SÃO TOMÉ EM DOIS BRAÇOS.	83
FIGURA 6: ASSOCIADOS DA COPAG NO ASSENTAMENTO DE DOIS BRAÇOS.....	83
FIGURA 7: SITIO DO MUCURI EM BONITO –PE.	84
FIGURA 8: RECOLHIMENTO DE INHAME EM UMA UNIDADE PRODUTIVA DE UM DOS SÓCIOS DA COPAG.	84
FIGURA 9: ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTOS NOS CONTENTORES PARA O TRANSPORTE.....	85
FIGURA 10: CLASSIFICAÇÃO, PESAGEM E ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTOS.....	85
FIGURA 11: SEDE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR (SINTRAF).	86
FIGURA 12: CAMINHÃO QUE AUXILIA NO TRANSPORTE DAS MERCADORIAS DA COPAG, DOAÇÃO REALIZADA ATRAVÉS DO “PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA” PERTENCENTE AO GOVERNO FEDERAL.	86
FIGURA 13: FAIXADA DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE BONITO –PE.	87

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>15</u>
<u>O PROBLEMA, SUA ORIGEM E IMPORTÂNCIA</u>	<u>15</u>
<u>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</u>	<u>20</u>
<u>CAPÍTULO I.....</u>	<u>25</u>
<u>1. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DO COOPERATIVISMO....</u>	<u>25</u>
<u>1. 1. Antecedentes históricos da doutrina cooperativista.....</u>	<u>25</u>
<u>1.2. O cooperativismo: Uma via possível.....</u>	<u>26</u>
<u>1.3. Cooperação, cooperativismo e cooperativa.....</u>	<u>29</u>
<u>1.4. O alicerce doutrinário da proposta cooperativista</u>	<u>31</u>
<u>1.5. O Cooperativismo Agrícola no Nordeste brasileiro</u>	<u>34</u>
<u>CAPÍTULO II.....</u>	<u>37</u>
<u>2. REDES, COMUNIDADE E CAPITAL SOCIAL NA SUA RELAÇÃO COM O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA EM QUESTÃO</u>	<u>37</u>
<u>2.1. Redes: Uma breve introdução ao conceito.....</u>	<u>37</u>
<u>2.2. O debate sobre Agricultura familiar</u>	<u>40</u>
<u>2.3. O conceito de comunidade.....</u>	<u>42</u>
<u>2.4. O conceito de capital social.....</u>	<u>45</u>
<u>2.5. Desenvolvimento Local: uma discussão recente.....</u>	<u>48</u>
<u>CAPÍTULO III.....</u>	<u>52</u>
<u>3. A COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO AGRESTE PERNAMBUCANO (COPAG).....</u>	<u>52</u>
<u>3.1. O campo de Análise e Discussão</u>	<u>52</u>
<u>3.2. Histórico da Copag.....</u>	<u>53</u>
<u>3.2. Tecendo as redes, parcerias e o sentido comunitário no município de Bonito.....</u>	<u>55</u>

<u>3.4. A Comercialização por meio dos Programas Governamentais</u>	59
<u>3.5. Inovações e projetos futuros</u>	62
<u>CONCLUSÃO</u>	65
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	67
<u>APÊNDICE</u>	78
<u>APÊNDICE I</u>	79
<u>ROTEIRO DE ENTREVISTAS</u>	79
<u>APÊNDICE II</u>	81
<u>ANEXOS</u>	82
<u>ANEXOS I</u>	80

Introdução

O problema, sua origem e importância

Pretende-se, no presente estudo, compreender a relação entre cooperativismo e redes, destacando sua importância para a criação do capital social e formação de comunidades. A formação de comunidades, nesse sentido, se aproxima da ideia de desenvolvimento local ao particularizar a capacidade comunitária de incentivar inovações, sedimentando uma tradição local, recriando, nesse sentido, potencialidades locais, cooperação e trabalho em rede. Busca-se, particularmente, neste trabalho, compreender como as redes se estabelecem, tendo como referência uma cooperativa agrícola e seus sócios. Para isso, estabeleceu-se como fonte empírica de análise a Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco (Copag), fundada em junho de 2004, no município de Bonito, em Pernambuco.

Desde a sua fundação, a Copag tem dado sinais de articular seus associados em torno da criação de outras práticas coletivas de interesse do grupo, na medida em que agrega algumas entidades com princípios cooperativos. Aliás, a criação da cooperativa foi um resultado da existência de uma pequena associação comunitária - Associação dos Pequenos Agricultores do Sitio do Mucuri - presente no assentamento do Sitio do Mucuri. Além disso, atribui-se à cooperativa a fundação do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf) no município de Bonito. Assim, as formas de articulação em rede, instituídas pela Copag, constituirão o fio condutor da nossa análise.

A cooperativa agrícola em questão está localizada no município de Bonito, Agreste pernambucano, abrangendo uma área territorial de 395,613 km², com uma população de aproximadamente 38.287 habitantes (IBGE, 2013)¹. Esse município se caracteriza por ter uma economia diversificada, voltada, especialmente para a agricultura, com o cultivo de lavouras como milho, feijão e mandioca (entre outras), além da pecuária de leite e de corte e pela presença de cachoeiras, razão que lhe atribui o nome de Bonito. Nesse contexto, a Copag, inicialmente formada por 20 associados,

¹ Informações sobre o município disponível encontram-se em:
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260230>

conta, hoje, com um grupo de mais de 93 associados que se dedica, principalmente, à produção de inhame, cará e batata doce. A escolha dessa organização como estudo empírico, para subsidiar a nossa investigação, deve-se ao fato de a Copag possuir, desde sua origem, práticas que se pautam na defesa de interesses comuns dos agricultores familiares da região. Através de um empreendimento coletivo, seja através da cooperativa, responsável pela diminuição dos intermediários nos processos de comercialização de seus produtos agrícolas no município; seja nas diversas articulações e redes sociais instituídas entre atores sociais e organizações de caráter associativo – agregando inicialmente o Sítio do Mucuri, o assentamento Dois Braços e suas respectivas associações, posteriormente a cooperativa, o sindicato do município e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário (CMDA) - seja através das parcerias instituídas, hoje, pela cooperativa, nos diversos projetos governamentais aos quais está inserida, estimulando a criação de redes e ampliação do capital social da comunidade, a experiência da Copag nos pareceu um caminho fértil para o estudo sobre as implicações da relação entre cooperativismo e redes.

Nesse sentido, o estudo parte do princípio de que o associativismo em rede, ao ligar pessoas a outras pessoas, formando novas organizações, cujos propósitos se baseiam na participação e no fortalecimento das relações de solidariedade e reciprocidade entre indivíduos com objetivos comuns, é uma premissa para a compreensão da dinâmica dessas redes, bem como seus impactos sobre a vida das pessoas que as integram ao local no município investigado.

Abromovay (2000), referindo-se às redes na sua relação com o desenvolvimento local nos espaços rurais, observa a existência de duas correntes contemporâneas: uma que enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento referente à montagem das "redes", das "convenções", em suma, das instituições que permitem ações cooperativas capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade e uma outra que diz respeito ao capital social, a partir dos trabalhos de Coleman (2011) e Putnam (2002).

Vale ressaltar que, na perspectiva de Putnam, o capital social se refere às "características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (PUTNAM,1996:177 apud ABRAMOVAY, 2003). Dessa forma, as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo são apontadas na literatura enquanto fatores fundamentais do desenvolvimento local. Já na perspectiva de Coleman, o capital social, entendido como propriedade coletiva e

estrutural atuante na estrutura social, facilitaria ações individuais, só podendo existir nas relações sociais, ou seja, na rede de atores presentes na estrutura social (COLEMAN, 1990 apud FAZITO & SOARES, 2011). De acordo com este autor, o termo capital social foi empregado inicialmente pelo economista G. Loury (1977) para identificar os recursos sociais que poderiam ser utilizados pelos indivíduos no desenvolvimento do capital humano – recursos esses herdados especialmente das relações familiares e comunitárias (COLEMAN, 1988 apud FAZITO & SOARES, 2011), o que, por conseguinte, nos leva a admitir que tais recursos estão ligados diretamente a valores sociais, tais como confiança, solidariedade, reciprocidade, respeito, entre outros, definindo as relações sociais e uma forma particular de inserção na estrutura social.

No que se refere ao conceito de rede, Franco (2001: p. 371) pondera que uma rede social é uma “forma de ordem espontânea que emerge como resultado das interações de participantes descentralizados, sem ser criada por qualquer autoridade centralizada”. Segundo este mesmo autor, alguns elementos que compõem o conceito de rede social estão ligados ao campo da subjetividade, quando afirma que “uma rede é uma relação moral de confiança”. Assim, pode-se entender que as redes sociais são responsáveis pelo compartilhamento de ideias entre pessoas que possuem interesses e objetivos comuns e valores a serem compartilhados conjuntamente. Tais considerações nos permitem fazer uma aproximação com as contribuições de Bauman (2003), acerca do tema comunidade. Vislumbrar as redes sociais como constitutivas de uma comunidade significa basicamente compreender os processos de solidariedade, confiança, ajuda mútua, articulação de interesses comuns, bem estar social, muito presentes na obra de Bauman sobre o tema. Ainda para este sociólogo não há como negar que a palavra comunidade evoca “sensações de solidariedade” entre os indivíduos, reelaborando as práticas sociais em meio ao individualismo característico do mundo globalizado. Nessa linha de pensamento Sennet (2012), na sua obra “Juntos: os Rituais, os Prazeres e a Política da Cooperação”, discute a prática da cooperação, no contexto global, como condição para a prosperidade da sociedade contemporânea. Sennet (2012) destaca dois pontos que considera fundamentais para sua discussão, quais sejam: o “ritual” e a “solidariedade”. De acordo com este autor, o ritual faz com que a cooperação funcione, de fato, em todas as esferas da vida comunitária, seja através da religião, do trabalho, da política, entre outras. E a solidariedade, por sua vez, como produto da cooperação, tende a gerar vínculos sociais no cotidiano e na organização política dos indivíduos pertencentes a um dado território.

Questiona-se, entretanto, se tais redes, estabelecidas entre os associados no âmbito de suas práticas cotidianas e nas relações instituídas entre cooperativa e demais atores sociais, podem contribuir para a recriação de comunidades, instaurando novos processos de mutualidade? Como tais processos têm influenciado a vida associativa dos atores envolvidos, laços, reciprocidade, a criação de novas associações, o resgate de tradições locais? E como esses aspectos têm influenciado a organização do trabalho e da produção? E quais os seus impactos sobre o território?

Vale ressaltar que a ideia de mutualidade presente neste estudo está intrinsecamente ligada à perspectiva discutida por Cesar (2013), o qual relaciona os processos de mutualidade ligados à reciprocidade e ao caráter sistemático da troca e da partilha dos valores comuns. O autor observa, ainda, que há um reconhecimento simbólico do “bem sem preço”, dos bens não vendáveis ligados às questões mais subjetivas do indivíduo.

Assim, com base nessas questões, constituem como objetivos desta pesquisa:

Objetivo geral:

- Compreender a relação entre cooperativismo e redes, destacando sua importância para a criação do capital social e formação de comunidades.

Objetivos específicos:

- Situar o processo de criação e desenvolvimento da Copag na sua articulação com as associações a ela ligadas, pontuando os principais marcos de sua existência;
- Identificar as redes existentes – a partir da criação do capital social, considerando as diversas articulações entre os associados;
- Articular a discussão teórica sobre redes sociais com o cooperativismo agrícola, o capital social do território e os impactos sobre uma dada comunidade.

Com base nesses objetivos, este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro situa o cooperativismo enquanto movimento social e econômico no mundo, destacando, no caso brasileiro, o cooperativismo agrícola do Nordeste. Tal discussão

dará suporte ao segundo capítulo, quando se analisará conceitos como: “redes”, “agricultura familiar”, “comunidade”, “capital social”, território e “desenvolvimento local”. O terceiro capítulo é dedicado à investigação empírica, por meio do estudo de caso da Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco (Copag), sublinhando o contexto no qual está inserida, seu histórico, principais marcos de sua existência, cenário e cotidiano da cooperativa. Neste capítulo ainda serão destacadas as redes estabelecidas com outras organizações associativas no município de Bonito. Finalmente, nas considerações finais, são tecidos comentários acerca dos aspectos que se destacaram no decorrer das análises, buscando correlacioná-los, à luz das teorias de autores, discutidas ao longo do estudo.

Este estudo parte do princípio de que a Copag contribui para ampliar o sentimento de viver e dar sentido à vida comunitária que, de acordo com Cavalcanti (2013), já se constitui como um sentimento peculiar no mundo rural. A relevância deste estudo está na possibilidade de fomentar a discussão acerca das estratégias singulares instituídas coletivamente por atores locais, capazes de estimular a capacidade de articulação entre seus membros e de outras práticas coletivas de interesse do grupo. Destaca-se, também, a importância das cooperativas agrícolas enquanto instrumento de criação de redes sociais e ampliação democrática, sendo a criação de capital social considerada como um elemento importante para a compreensão das dinâmicas instituídas entre atores locais na defesa de seus interesses.

Procedimentos metodológicos

O itinerário metodológico desta pesquisa envolveu, inicialmente, uma imersão na literatura, nacional e estrangeira, compreendendo um quadro teórico de referências marcado pela interseção de conceitos. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica segue as orientações de Oliveira (2002) ao afirmar que as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno tendem a estruturar modelos teóricos, relacionar e enfeixar hipóteses.

O cooperativismo será situado enquanto movimento social e econômico no mundo, com realce, no caso brasileiro, através do cooperativismo agrícola do Nordeste. Serão destacadas, nesse sentido, as características que marcam o cooperativismo nordestino, diferenciando-o do de outras regiões do país. Pires (2003), Boaventura Souza Santos (2003), Cenzi (2009) e Rios (2007) constituem os autores norteadores dessa discussão.

As contribuições de Franco (2001), Dias (2007) e Matos (2011) são particularmente importantes para a discussão sobre redes sociais, na medida em que estes autores chamam a atenção para a relação moral de confiança, remetendo-nos ao campo da subjetividade. Franco (2001), por exemplo, situa as redes sociais como sendo responsáveis pelo compartilhamento de ideias entre pessoas que possuem interesses e objetivos comuns e valores a serem compartilhados conjuntamente, razão que nos permite tentar uma aproximação com as contribuições de Bauman (2003) acerca da noção de “comunidade”, enquanto compromissos de longo prazo, direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis (BAUMAN, 2003). Brandão (2007) também se aproxima dessa discussão quando discute as contra-racionalidades expressas na vivência das comunidades camponesas. Em “Tempos e Espaços nos Mundos Rurais do Brasil”, este autor traz elementos importantes para refletir as formas de vida comunitária e as relações de reciprocidade, situando, como referência, a unidade camponesa tradicional. (BRANDÃO, 2007: p.45). Para este autor, a reprodução social do campesinato tradicional vai mais além da questão puramente comercial, quando admite, com muita propriedade, que ali “nem tudo o que se produz é consumo, nem tudo o que se troca é mercadoria (...). Ao que complementa “Mais do que nós, e com melhores motivos, as pessoas (que formam esse campesinato tradicional) comem comida e símbolos e trocam bens e sentidos de vida.” (BRANDÃO, 2007: p.55). Não menos importante são as

contribuições de Cavalcanti (2013) que no seu estudo recente: “Comunidades rurais e os desafios da sociedade contemporânea”, estabelece uma ponte de contato com os demais autores citados acima, na medida em que situa a noção de comunidade: “(...) enquanto espaço de reprodução de populações, num sentido estritamente demográfico, como também da sociabilidade, um lugar para um harmonioso convívio entre gerações, segundo práticas aprovadas pelas tradições locais e respeito aos patrimônios culturais” (CAVALCANTI, 2013: p. 11).

Por sua vez, o capital social é analisado, neste trabalho, a partir da capacidade das pessoas de uma dada sociedade de subordinar interesses individuais aos grupos maiores; de trabalhar juntas, visando a objetivos comuns ou benefícios-mútuos e tendo como referência as reflexões de Franco (2001); a ideia de redes sociais, confiança mútua, convivência, compromisso cívico e território será apoiada em Putnam (2002). Dentro da concepção de capital social será também ressaltada a possibilidade de se compartilhar valores e normas para formar grupos e organizações estáveis, atribuindo-lhe o conteúdo de “bem público”, como proferido por Coleman (2011). No que diz respeito à agricultura familiar, serão destacadas as contribuições de Wanderley (2009), Maria José Carneiro (1999), Flores (2002), destacando particularmente as reflexões desses autores, em torno do ethos camponês das sociedades rurais tradicionais, isto é, os valores camponeses expressos no convívio entre os vizinhos, no trabalho de base familiar, na diversidade de alimentos que garantem a segurança alimentar, nas redes de trocas e solidariedade, que, em última instância, definem uma comunidade.

O desenvolvimento local, por sua vez, será amparado teoricamente nas contribuições de Callou (2002), Buarque (2002) e Franco (2002) e Ultramarini e Duarte (2009), destacando o estabelecimento de redes e da concertação social, enquanto elementos dinamizadores das potencialidades locais.

Essas discussões definem o caráter qualitativo desta pesquisa. A importância desse tipo de abordagem é destacada por Minayo (1993: p. 21), ao sublinhar que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

No âmbito da pesquisa qualitativa, o estudo de caso constitui uma ferramenta de fundamental importância, na medida em que, como sublinha Yin (1981 apud GIL, 2006: 73), investiga um fenômeno dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas fontes de evidência.

O estudo de caso constitui também, na perspectiva de Ventura (2007) uma forma de delimitar o universo que será estudado. Este autor aponta, entre outras vantagens, que os estudos de caso são capazes de estimular novas descobertas; em função da flexibilidade do seu planejamento, enfatiza a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo; e apresentar simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre os mesmos (VENTURA, 2007). Já Laville e Dionne (1999: p. 156), embora não desconhecem as suas vantagens, também situam as desvantagens deste método de pesquisa, ao chamarem a atenção para o caráter tendencioso, presente, muitas vezes, na tentativa de generalizar algumas conclusões específicas. Segundo admitem, caberá ao pesquisador ponderar, com cuidado, rigor e transparência, a divulgação de suas análises e considerações.

A análise será realizada tendo como referência a experiência da Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco (Copag), que foi fundada em junho de 2004, no município de Bonito Este município está localizado na região Agreste do Estado de Pernambuco, com uma área territorial de 395,613 km². Com uma população de aproximadamente 37.566 habitantes, a região tem sua economia voltada essencialmente para a agricultura.



Figura 1: Mapa do Estado de Pernambuco – A região Agreste destacada em cor amarela; Fonte: www.aquipernambuco.com.br

Estima-se que a escolha da cooperativa que irá subsidiar a análise do presente estudo possibilite avaliar o capital social como recurso importante para o

desenvolvimento do cooperativismo na região estudada e a formação de comunidades. Parte-se do pressuposto de que a organização cooperativa, por si só, não garante a existência de capital social, mas que, a partir das relações e redes instituídas no seu cotidiano, entre os associados e desses com outras instâncias sociais, contribua para formar um tecido social mais comunitário, participativo e democrático, contribuindo, em última instância, para um maior dinamismo da região.

A pesquisa na Copag teve início em dezembro de 2009, ainda quando estive ligado, na condição de bolsista PIBIC, à pesquisa intitulada: "Cooperativas Agrícolas, Inovação Organizacional e Produtiva e Desenvolvimento Local", sob a coordenação da professora doutora Maria Luiza Lins Silva e Pires. A referida cooperativa fazia parte do elenco dos estudos de caso contidos no projeto. Além disso, o perfil de organização do grupo ali encontrado motivou também a escolha dessa cooperativa para consubstanciar a nossa análise.

A pesquisa se estendeu nos anos seguintes, com visitas regulares e sistemáticas, incluindo no seu roteiro de visitas outras cooperativas agrícolas do estado de Pernambuco. No que tange à Copag, especificamente, foram entrevistados doze associados, dois técnicos - vinculados ao Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA) do Estado de Pernambuco -, a Coordenadora do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário, o Secretário de Meio Ambiente e Agricultura de Bonito, além, do líder comunitário, sócio fundador e presidente da Copag. Ainda estivemos presentes, na condição de ouvintes, em duas Assembleias Ordinárias da Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste Pernambucano, realizadas na Câmara Municipal de Bonito, nos dias 8 de janeiro de e 10 de setembro de 2011. As entrevistas, organizadas de forma semiestruturadas, foram realizadas a partir de um roteiro. A importância dessa ferramenta está em obter a orientação do estudo e aquisição de dados para análise e validação, pertinentes à problemática investigada no presente estudo. Essas entrevistas permitiram a abertura de conversas livres, evidenciando-se como uma técnica privilegiada de comunicação, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre um tema em questão, sem se prender à indagação formulada, permitindo que sejam elencados vários temas pertinentes à análise, como já destacado por Minayo (1993). Os diálogos foram registrados por meio de um gravador, e de câmera fotográfica mediante anuência dos entrevistados; além disso, a consulta aos diários de campo permitiram uma compreensão abrangente da rotina dos trabalhos de produção, comercialização e organização da cooperativa, além das redes instituídas entre atores

sociais e instituições ligadas ao empreendimento. Em seguida, foram realizadas as transcrições das entrevistas para a posterior tabulação e análise dos dados. Esse processo permitiu organizar as categorias de perguntas e respostas para responder às indagações do problema de pesquisa. A coleta dos dados secundários foi realizada por meio da análise documental tais como: estatuto da cooperativa, folhetos, cartilhas, projetos, além de referências disponibilizadas em diversos meios como internet, jornais e instituições ligadas à cooperativa.

Finalmente, buscou-se por meio dos métodos e técnicas utilizadas nesta pesquisa, compreender e interpretar os dados fornecidos pelos entrevistados, ressignificando-os a partir dos objetivos aqui propostos e de uma literatura especializada.

Capítulo I

1. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DO COOPERATIVISMO

1.1. Antecedentes históricos da doutrina cooperativista

A necessidade de solidariedade e ajuda mútua surgiu a partir do momento em que o homem precisou viver em grupos, visto que suas ações e a sua sobrevivência dependiam de outro semelhante. Nesse sentido, Cenzi (2007, p. 21) observa que:

(...) embora, sem a formação de conceitos, o homem já experimentava e começava a construir uma sociedade amparada na reciprocidade e busca de objetivos comuns.

Com o passar do tempo, a necessidade de cooperação tornou-se o elo norteador das ações, na história dos povos nômades, caçadores-coletores ou pastores, e posteriormente, entre os povos sedentários que se dedicavam à agricultura. Dessa forma, como ilustra Cenzi (2007: p. 21), “o homem, dependendo um do outro para a própria sobrevivência, descobriu as vantagens da cooperação.” Com o êxito do trabalho conjunto na realização de diversas atividades, o homem, pôde visualizar um caminho fértil para o seu desenvolvimento. Sobre esse assunto Shneider (1998: p.22-23 apud CENZI, 2007) sublinha que:

A cooperação, no sentido mais amplo, como processo social, sempre existiu ao longo da história humana. A própria sobrevivência dos grupos humanos na época pré-histórica, muito dependeu da cooperação entre os integrantes das tribos, desde a exploração de um território comum, como entre os povos pré-históricos do Médio Oriente, da Europa e da América Indígena, à primitiva constituição da família, na qual um homem e uma mulher se unem numa relação mais estável para assegurar o desenvolvimento de sua prole.

Há quem defenda que, desde a Idade Média, a cooperação já se mostrasse eficiente, no desenvolvimento da economia, por meio de grupos profissionais, a exemplo dos artesãos que trabalhavam em suas residências. Com o passar dos anos e o avanço do capitalismo – período que compreende a transição da Idade Média para a Idade Moderna, entre o século XV e início do XVI - houve o advento das grandes expansões marítimo-comerciais e a descoberta dos novos territórios. Importante destacar, também, que na literatura alguns teóricos sinalizam que a semente da globalização teve seu prólogo a partir dessa época.

Boaventura de Souza Santos (2005: p. 23), por exemplo, cita alguns exemplos históricos de resistências e conflitos vivenciados pelos trabalhadores como a expressão da trajetória de formação do capitalismo. Para isso, este autor se reporta desde a luta dos camponeses ingleses contra a sua integração forçada nas fábricas no sec. XVIII até as atuais lutas das comunidades indígenas na defesa de seus territórios, incluindo também as lutas expressas nos movimentos operários. Nesse sentido, este autor, observa o quanto o capitalismo tem sido confrontado e desafiado ao longo de suas diferentes fases, especialmente nesse período conhecido como globalização da economia. O que de certa forma deixa em evidencia a ideia de solidariedade no curso histórico.

Santos (2005) destaca ainda a urgência de se pensar e de se lutar por alternativas econômicas e sociais mais justas, fundamentadas em sociedades e organizações econômicas que se pautem na igualdade, na solidariedade e na preocupação com o meio ambiente. O que significa, em suma, a possibilidade de se estabelecer relações mais justas capazes de se converter em uma alternativa viável às sociedades capitalistas. É nesse contexto que a discussão sobre cooperativismo, movimento social e econômico, ganha força.

1.2. O cooperativismo: Uma via possível

O cooperativismo nasceu com o movimento operário europeu, ligando-se ao desenvolvimento do capitalismo industrial, no início do século XIX. Eis a razão pela qual as primeiras cooperativas tenham surgido na Inglaterra no ano de 1826, com a revolta de camponeses e pequenos produtores de fábricas pioneiras do capitalismo industrial (SANTOS, 2005). O modelo cooperativista de referência também se originou nesse mesmo país, na cidade de Manchester com os pioneiros de Rochdale. Criada em 1844 por 28 trabalhadores, Rochdale tinha, já em 1848, 140 membros e, em 1860, já contava com 3.450 sócios (SANTOS, 2005). Santos (2005), ainda destaca que esta empresa de tecelões surgiu como uma forma de resistência às misérias causadas pelos baixos salários e pelas precárias condições de trabalho impostas pela burguesia, na busca da qualidade de vida aos trabalhadores.

No entanto, para Namorado (2005), as cooperativas eram algo mais do que um dos pilares do movimento operário, já que, como a sua própria designação sugere, sempre foram também uma expressão organizada da cooperação entre as pessoas. A

cooperação é identificada por esse autor como “um tecido conjuntivo” das sociedades humanas, o que o leva a admitir que as cooperativas estão muito longe de ser um fenômeno episódico, historicamente datado e passageiro (NAMORADO, 2005).

Na Inglaterra, as ideias de Robert Owen (1771-1858), forte ativista ligado diretamente à fundação das primeiras “comunidades cooperativas”, são identificadas como a contribuição fundadora para a tradição intelectual do cooperativismo (SANTOS, 2005). Já na França, os pensamentos associativistas de Charles Fourier e de Pierre Proudhon foram responsáveis por inspirarem o surgimento das primeiras cooperativas de trabalhadores. De acordo com Santos (2005, p. 33 apud HIRST, 1994, p. 15), a reflexão associativa e a prática cooperativa amparadas pela teoria social do associativismo se encontram baseados em dois pontos centrais, como sublinha:

(...) por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organizações políticas pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil.

No que se refere especificamente à distinção entre o associativismo e o cooperativismo, a literatura afirma que não se pode separar um movimento do outro, na medida em que eles se complementam. Nesse sentido, evidencia-se que “necessariamente uma cooperativa nasce de uma associação de pessoas e sua continuidade depende dessa forma de organização” (OLIVEIRA, 2006: p.157). Porém, o que distingue uma organização de outra é que uma associação pode ou não ter fins lucrativos, enquanto que, a cooperativa, instrumento de ação do cooperativismo, necessariamente possui uma finalidade econômica.

Assim, ainda no séc. XIX, se consideravam como modelos de associação cooperativista a existência das seguintes características: propriedade cooperativa, atribuída aos associados independentemente das contribuições financeiras individuais; gestão cooperativa, na qual o poder de decisão último é competência da assembléia dos associados; repartição cooperativa, a distribuição das sobras financeiras no final de um ano de trabalho, feita de maneira diversa da que ocorre em uma empresa capitalista (RIOS, 2009).

No Brasil, Rios (2007) observa que o cooperativismo nasce como uma promoção das elites em uma economia predominantemente agroexportadora distanciando-se, portanto, das razões que motivaram seu surgimento na Europa. Até 1988, as cooperativas brasileiras eram tuteladas pelo governo federal, por meio do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Após a promulgação da nova Constituição, as cooperativas passaram a atuar de forma autônoma. Este novo posicionamento levou obrigatoriamente a uma readequação estrutural das cooperativas, passando-se a privilegiar questões ligadas à capitalização e competitividade dessas empresas. (OCEPAR, 2006).

Rios (2007), reafirma que a cooperativa surge, no Brasil, como um instrumento de organização econômica da agricultura exportadora e capitalizada, direcionada para uma agricultura de abastecimento interno. Nessa mesma linha de pensamento, Pires (2004) observa que o cooperativismo brasileiro estava associado a políticas e projetos de modernização executados por um Estado autoritário. Em termos de representação, o sistema cooperativista brasileiro está apoiado na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O sistema nacional conta, também, com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop – que é responsável pelo ensino, formação, organização, promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras (FILHO e SILVA, 2006). Além dessas estruturas nacionais, o sistema cooperativista possui, em cada um dos estados, uma unidade de organização, denominada Organização Estadual de Cooperativas (OCE) (FILHO e SILVA, 2006).

No âmbito do movimento do cooperativismo solidário no meio agrícola surge, em junho de 2005, a União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Que tem como missão:

Tornar o cooperativismo um instrumento popular de desenvolvimento local sustentável e solidário dos agricultores familiares, articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos e melhoria de qualidade de vida².

A estrutura deste empreendimento se organiza-se através das UNICAFES estaduais, regionais dos ramos e sistemas cooperativos, redes e associações de cooperativas.

A literatura aponta o florescimento da prática cooperativista brasileira a partir de 1932, motivada pelo estímulo do Poder Público ao cooperativismo, identificando-o como um instrumento importante de reestruturação das atividades agrícolas. E a promulgação da lei básica do cooperativismo em 1932, também foi importante nesse

² Unicafes – História. Disponível em: <<http://www.unicafesparana.org.br/historia.php>> . Acesso em 10 de março de 2014.

sentido, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação (PINHO, 1996).

Na história do Brasil, no início do século XX, houve um movimento social de cunho operário, de linha anarquista, de importante relevância, que fundaram várias associações livres. Essas associações possuíam um caráter revolucionário contra “o patrão” e a “regulamentação do Estado” (Maria et.al., 2009). Fausto (1983 apud Maria et.al, 2009), no seu estudo sobre esse movimento, observa uma corrente denominada mutualismo proudhoniano, essa corrente é baseada na associação de indivíduos livres que se apóiam mutuamente para garantir as condições de produção sem exploração.

O mutualismo proudhoniano investia contra o capital e o Estado capitalista, pretendendo substituí-lo por uma livre associação de produtores diretos, possuidores dos meios de produção (Fausto, 1983: p. 64 apud Maria et. al.).

De acordo com Fausto, o mundo concebido, pelos trabalhadores, desse movimento, era como uma “grande federação de comunas e cooperativas de trabalhadores, ligadas por contratos de troca e crédito mútuo que assegurariam a cada indivíduo o produto de seu trabalho” (Fausto, 1983: p. 64 apud Maria et. al). Assim, o cooperativismo brasileiro é amparado pela Lei n.5.764, de 16 de dezembro de 1971, que exige um número mínimo de 20 sócios para a sua constituição. (PIRES, 2004).

1.3. Cooperação, cooperativismo e cooperativa

Faz-se importante, também, para o presente estudo, observar a distinção entre os significados de “cooperação, cooperativismo e cooperativa” para uma maior compreensão introdutória dos referidos conceitos em análise para o presente estudo. Além disso, como também destaca Pires (2004: p. 35), a principal fonte de tensão observada a partir da “relação dialética de aproximação e distanciamento entre cooperativas, (enquanto prática concreta) e cooperativismo (enquanto prática idealizada)”. Essas questões são relevantes para balizar nossa discussão sobre a qual modelo de organização social estamos nos referindo no presente estudo.

Nesse sentido, Cenzi (2009), na sua obra “Cooperativismo, desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro”, observa a origem do termo: “cooperação” advindo do verbo latino *cooperari*, uma junção de “*cum e operari*”, resultando no significado de operar juntamente com alguém, prestação de

auxílio para um fim comum. Nessa mesma linha de pensamento Pires (2004: p. 36), complementa ao afirmar que “a cooperação pode ter motivação tanto espontânea, quando coercitiva, sendo que, intimamente ligada à ideia de cooperação, está a ideia de confiança, onde acredita-se no cumprimento das obrigações contratuais dentro da cooperação”. Verifica-se que, na prática, a ideia de cooperação está ligada a de integração social, união para galgar objetivos comuns; já no que se refere ao conceito de cooperativismo, também advindo do primeiro, representa um sistema de organização econômica e, principalmente, um movimento histórico, filosófico, social e cultural (CENZI, 2009); No que se refere ao cooperativismo, Pires (2004: p.36), o situa enquanto:

(...) um fenômeno de amplitude universal ligado a uma forma de organização empresarial, pautada numa legislação específica e num conjunto doutrinário e filosófico, através do qual estão ordenados seus valores e princípios.

De igual modo, Mc Intyre e Silva (2002), por sua vez, sugerem que o cooperativismo representa a união de forças entre indivíduos voltados para um mesmo objetivo, a partir da cooperação, onde se procura “atender às necessidades e aspirações comuns, tanto econômicas quanto sociais e culturais, de seus membros”, possuindo como objetivo central a prestação de serviços aos associados para a realização de uma atividade econômica comum onde o fim maior é o homem (MC INTYRE, 2002: p. 33). Este autor ainda destaca que:

O cooperativismo é um empreendimento socioeconômico coletivo que busca a igualdade, a participação democrática, a independência e a autonomia de seus membros, na perspectiva de desenvolvimento local e da justiça social.

Com relação à expressão “cooperativa”, também originária da primeira acepção, de acordo com Cenzi (2009 apud FRANKE, 1973, p.1): “do ponto de vista econômico, a cooperativa é uma organização empresarial, de caráter auxiliar, por cujo intermédio uma coletividade de consumidores ou produtores promove, em comum, a defesa (melhoria, incremento) de suas economias individuais”, ou seja, a cooperativa é o instrumento pelo qual o cooperativismo se materializa na sua prática cotidiana e na reprodução social dos associados. A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), organismo mundial que tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativistas, criada em 1895, defende a ideia de cooperativa, como sendo:

Uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida

(aprovado em assembleia geral da ACI, em 23-9-1995 apud Pires, 2004: p. 37).

Dentro deste prisma, o espírito associativista que congrega os indivíduos ligados a objetivos comuns vinculados a uma empresa economicamente gerida sugere um empreendimento cooperativo. Contudo, as cooperativas, enquanto empreendimentos sociais, não apontam apenas para a remuneração igualitária dos trabalhadores-donos das empresas cooperativas, mas também para a criação de formas de sociabilidade solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática, na tomada de decisões sobre as empresas (SANTOS, 2005). E é sobre essas questões que norteiam o cooperativismo e a cooperativa que nos debruçaremos a seguir.

1.4. O alicerce doutrinário da proposta cooperativista

Na busca de uma sociedade econômica e socialmente mais justa do que o capitalismo, concentrador de riquezas, e o socialismo estatal que limita o direito de autodeterminação dos indivíduos, alguns estudiosos do assunto encontram, no cooperativismo, uma terceira forma de organização da sociedade (KOZEN KRAUSE, 2002 apud MARCH; MAFIOLETTI, 2004). Como entidade social, trata-se de um empreendimento não apenas financiado, administrado e controlado coletivamente pelos trabalhadores-donos, mas também formado ideologicamente, isto é por valores de mudança social, valores esses (de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação) “introjetados culturalmente nas mentes individuais” (RIOS, 2009: p. 40). Neste sentido, “a cooperativa, como instituição econômico-administrativa, objetiva apresentar aspectos de expressão subjetiva, via valores ideológico-utópicos configurando uma cultura vivenciada” (RIOS, 2009: p. 40).

Segundo Pires (1999, 2003), a cooperação é uma das estratégias para o enfrentamento de uma economia excludente, vivenciada pela sociedade do século XXI através da globalização. Nesse contexto, entende-se que o agricultor familiar, categoria de análise para o presente estudo, por mais esforçado, criativo e adaptado às diversas realidades que seja, sente a necessidade de cooperação. Daí sublinha esta autora “a necessidade de criar associações diversas – especialmente cooperativas – como um canal importante de organização, agregação de valor e comercialização da produção” (Idem: p. 62). Ainda para essa autora, o fato de que, numa cooperativa as pessoas se

unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns se aproxima da ideia de desenvolvimento local, podendo se constituir como uma “ideia-força, capaz de instituir a concertação social” (Idem: p. 59).

Segundo Boeshe (2005: p. 13),

(...) no cooperativismo, encontramos aspectos e essências para o seu perfeito desenvolvimento. Encontramos duas dimensões: uma ‘dimensão social’ e uma ‘dimensão econômica’. A dimensão social está relacionada às pessoas e a dimensão econômica à empresa em comum.

Nessa mesma linha de pensamento, Emory Bogardus (1964: p. 77) afirma que a finalidade das cooperativas não se limita meramente a fazer negócios, mas, também, busca “recriar comunidades” na tentativa de criar novos processos de ajuda mútua e novos métodos de organização e trabalho. Essa ajuda mútua, visualizada de uma forma universalista, reforça e cria, assim, um sentido comunitário na vida social, promovendo especialmente, naquelas comunidades mais carentes, a necessidade de apoio; também promovendo a cooperação entre cooperativas de diferentes ramos, reforçando e recriando, assim, o sentido comunitário das mesmas. Segundo este autor, a ajuda mútua em uma perspectiva mais universalista e abrangente poderá contribuir para que tais ramos mais consolidados coloquem a sua experiência e o seu conhecimento (*know how*) à disposição, para mais ação do mutualismo e união entre cooperativas de ramos diferentes e ainda em fase de consolidação. Poderá colaborar também junto ao desenvolvimento mais abrangente das comunidades nas quais se inserem as cooperativas, promovendo tanto a integração horizontal quanto a vertical e funcional entre cooperativas e a comunidade local (BOGARDUS, 1964).

No âmbito global, Schneider (1999) questiona os efeitos da globalização para o cooperativismo, pois estes fomentam a criação de polos microrregionais e locais de desenvolvimento integral, humano e sustentável, enquadrando as redes de solidariedade como formas atuais de expansão da cidadania e do capital social. Porém, as alterações econômicas e políticas que vêm acontecendo no mundo, nas últimas décadas, decorrentes do fenômeno da globalização da economia, têm instaurado um novo modelo cooperativo que, segundo Bulgarelli (2000), vêm procurando se adaptar permanentemente e bruscamente a essas transformações. Assim, as cooperativas têm demonstrado grande capacidade de adaptação às mais diversas conjunturas históricas, desde os primórdios de sua existência, em plena Revolução Industrial, como discutido anteriormente, o que demonstra capacidade de trazer respostas aos problemas gerados por realidades distintas, cujas características vêm se mantendo no que se refere à

geração de empregos, servindo, ao mesmo tempo, como um contrapeso à concentração de riquezas (PIRES, 2004).

Bulgarelli (2000) vai afirmar que o cooperativismo engloba vários valores humanísticos significativos - a ajuda mútua, a democracia, a transparência, a preocupação pelo semelhante -, o que tende a favorecer a recriação de comunidades a partir de outras bases. O cooperativismo remete-nos também aos princípios fundamentados na adesão livre e voluntária, gestão democrática e livre, esforço próprio, responsabilidade, cumprimento das atividades para alcançar as metas, tomada de decisões grupais pelos associados no que se refere à participação econômica dos seus membros; igualdade, (todos os associados têm iguais direitos e deveres); equidade, (distribuição justa dos excedentes produzidos entre seus membros); solidariedade, cooperação na solução de problemas dos associados, da família e da comunidade. Para Bulgarelli (2000), o movimento cooperativo deve promover também os valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e compromisso com os demais associados, proporcionando educação, treinamento e informação para os mesmos. Esses princípios foram alicerçados a partir dos Pioneiros de Rochdale, em 1844, sendo adotados pela ACI no ano de 1937, sofrendo algumas pequenas modificações com o passar dos anos.

Tomando como referência que esse fato social surgiu em um contexto de luta de classes, como uma forma de resistência à forte exploração da força-de-trabalho que caracterizou a Revolução Industrial, pode-se dizer que hoje o cooperativismo permanece imbuído da mesma essência, de se apresentar como um instrumento de resistência do trabalhador e de luta contra o desemprego (PIRES, 2003), mesmo admitindo que a organização compartilha dos princípios econômicos capitalistas pela sua natureza de empresa. Pires (2003: p. 63) sublinha que:

O cooperativismo traz a tona a ideia de raízes locais, de pertencimento, de participação, de autonomia, de solidariedade que imprimem, junto com a capacidade de “arregaçar as mangas”, a potencialização dos territórios.

Dessa forma, adotaremos a perspectiva teórica de Pires (2003, 2004) e Boaventura de Souza Santos (2005) na qual o cooperativismo permite novas solidariedades e sociabilidades, alimentado por uma ideia de uma sociedade com formas mais solidárias, e justas, de convivência. Eis a razão pela qual Pires (2003, p. 59), admite que o cooperativismo também vem sendo identificado como “um instrumento importante na revitalização dos espaços e na construção do desenvolvimento local.” Mas muito se discute, na literatura, sobre que local é esse. A própria ideia-força do

desenvolvimento local é, de acordo com Silveira (2002: p. 14) em sua essência, “uma ideia de redes, que valoriza a participação e a formação de laços flexíveis, permite a convivência de proximidades e distâncias e estimula a reciprocidade aberta.” Pires (2003: p. 60) evidencia também que, em certa medida, “o local traz sempre associada uma ideia de proximidade, vizinhança, identidade, raízes comuns, expressando, de um modo geral, laços mais fortes entre as pessoas.” Tais razões nos permitem aproximar a ideia de local à de comunidade, na medida em que ambas tendem a se apoiar num sentimento de pertença a um mesmo território, onde os indivíduos fincam suas raízes, estabelecem seus laços interpessoais e lutam por objetivos comuns. É nesse contexto que, no segundo capítulo, será conduzida a discussão sobre comunidades, agricultura familiar, redes, capital social e desenvolvimento local.

1.5. O Cooperativismo Agrícola no Nordeste brasileiro

A história do cooperativismo nordestino evidencia os mesmos contrastes de um modelo concentrador e excludente que caracteriza essa região, pautando-se, em grande medida, em práticas coronelísticas e clientelísticas. Tais práticas explicitam um “controle social e político desvinculando-se das necessidades de seus membros” (PIRES, 2004, p. 103). Assim sendo, constata-se pelas experiências que a literatura evidencia que, no caso das cooperativas do Nordeste, a autoridade e o poder foram exercidos historicamente pelos dirigentes e não pelo conjunto dos seus associados (MC INTYRE, 1997 apud PIRES et al., 2004). Dessa forma, pode-se supor que este modelo de cooperativismo, que predominou no Nordeste, teve como resultado também a desconfiança e descrença dos membros associados nesse tipo de organização social. Porém, a maneira como essa confiança pode ser restabelecida é que vem despertando o interesse da comunidade acadêmica (BAQUERO, 2002). Segundo este autor, tem-se disseminado a ideia de que uma sociedade que exhibe padrões tradicionais de comportamento político (“clientelismo, personalismo, familismo amoral e patrimonialismo”) e que convive com a corrupção institucionalizada não tem investido suficientemente na acumulação de capital social. O que ressalta a importância do capital social, conforme presente na literatura, é o fato das pessoas trabalharem em conjunto, resolvendo os problemas através de ação coletiva.

Porém, a exemplo das demais regiões do país, foi no setor agrícola que o cooperativismo mais se expandiu (PIRES et al, 2004). Na literatura se discute que as cooperativas agrícolas são entidades formadas por agricultores ou microempresários agrícolas, os quais entregam os seus produtos para venda que são comercializados pela cooperativa. Alguns autores discutem que se o agricultor fosse vender o produto isoladamente, teria menor poder de negociação e barganha, enquanto que, por meio da cooperativa, juntando os produtos de vários produtores, se cria um grande poder de negociação, conseguindo-se melhor preço, além de conhecer melhor o mercado ao qual, o agricultor isoladamente teria maior dificuldade de acesso (PIRES et al, 2004).

Pires et al. (2004) afirma que na metade do século XX as dificuldades encontradas pelas cooperativas no Nordeste eram as seguintes:

- falta de planejamento a curto e médio prazo, ligados aos baixos investimentos de capital e utilização de mão-de-obra sem qualificação;
- decisões centralizadas; e
- baixa participação dos associados.

Apesar das dificuldades apontadas, algumas experiências recentes de cooperativas no Nordeste brasileiro vêm se destacando, demonstrando-se competitivas e dinâmicas, totalmente inseridas no mercado internacional e nacional como bem ilustrado em trabalho recente de Pires e Cavalcanti (2010) que discutem o fenômeno do pólo produtivo e dinâmico de fruticultura proporcionado, em grande medida, pelas cooperativas do Vale do São Francisco. De modo geral, Pires (2004: p. 123) afirma que isso ocorre, devido “à introdução de novas tecnologias, ampliação de oferta do produto no mercado e adequação às exigências ditadas por clientes internacionais, vai aprimorando os processos de qualidade e sanidade dos produtos”. Para esta autora “o tipo de gestão e nível de tecnologia adotado pela cooperativa, o nível de participação dos associados, assim como seus compromissos em relação à empresa parecem ser os fatores mais decisivos no sucesso do empreendimento” (PIRES, 2004: p. 123), evidenciando que o cooperativismo agrícola tem servido de instrumento importante de integração produtiva. No entanto, a literatura acusa que ainda prevalece o modelo de “modernização conservadora”, voltado à cultura de exportação, favorecendo na maioria das vezes, os médios e grandes agricultores com habilidades e capacidade de atender às exigências de seus variados clientes e mercados, em detrimento de uma agricultura de subsistência desenvolvida pela agricultura de base familiar (SCHNEIDER, 1999).

Nessa discussão também é importante destacar que, em contextos de produção e circulação de mercadorias, as cooperativas agrícolas para galgarem uma melhor performance, dinamização e competição no território e se tornar instrumentos importantes para o desenvolvimento local, procuram, dentre outras estratégias, desenvolver redes de parcerias e alianças de modo a obter maior acessibilidade aos mercados. Nesse sentido, nos interessa, particularmente, evidenciar as redes e parcerias instituídas a partir de objetivos comuns, tecidas pelos agricultores familiares entre si e entre as diversas organizações vinculadas à comunidade de Bonito, agreste pernambucano, através da experiência da Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco (Copag).

Capítulo II

2. Redes, comunidade e capital social na sua relação com o cooperativismo agrícola em questão

2.1. Redes: Uma breve introdução ao conceito

O resgate histórico e social do termo “redes” remonta aos primórdios da história da humanidade dada a sua tendência de se congregar em grupos, em torno de ideias, conceitos, crenças e costumes comuns. A construção do conceito teórico de redes ocorre no século XII significando “o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós” (LIMA, 2011 apud DIAS, 2007). De igual forma se aproxima dessa concepção a imagem metafórica composta por nós e fluxos que é frequentemente associada a ideia de rede, no esforço por construir representações capazes de dar conta da complexidade do social. A literatura aponta que o conceito de redes tem sua fundamentação na França, através da filosofia de Claude-Henri de Rouvroy, o conde de Saint-Simon (DIAS, 2007).

Aproximando-se da modernidade e sofrendo fortes influências do Iluminismo, no século XVIII, a teoria de redes traria como possível condutor o desenvolvimento tecnológico (LIMA, 2011). Nesse sentido, com todo avanço tecnológico, impulsionado pelas redes, a sociedade teria como pano de fundo as mudanças sociais. Já outros teóricos posteriores a esta primeira concepção realizaram o caminho inverso: para eles “as redes tornaram-se as próprias produtoras de relações sociais, até mesmo de uma revolução social” (DIAS, 2007: p. 17). Com efeito, a ampliação dos fluxos informacionais, a redefinição de tempo e espaço provocada, em certa medida, pelos avanços e impactos tecnológicos, como a Internet, e ideologias de determinados grupos podem exemplificar as primeiras fundamentações sobre o conceito. Dias (2007: p. 23) é bastante elucidativo nesta questão quando afirma que “a rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social”. Nesse sentido, se pode admitir que indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (política, social, econômica e territorial) e se organizam em rede.

As discussões em torno do debate sobre redes ganharam destaque na década de 70 com o impulso das novas tecnologias e do funcionamento dos mercados financeiros (LIMA, 2011). Nessa época, de acordo com esta autora, se sistematizou um campo de estudo chamado social network analysis (análises das redes sociais). Nesse sentido, Scherer-Warren (2007:33) admite que esse novo paradigma fundamenta-se no pressuposto de que “a vida de cada indivíduo depende, em grande medida, da forma como se encontra ligado a um amplo espectro de conexões sociais dentro de uma estrutura sistêmica”. Este autor defende a vertente das diversas formas de relações estabelecidas em um determinado campo social. Para Schmitt (2011), as redes se constituem como “uma chave de leitura” capaz de desvendar os contextos relacionais onde se inserem os atores: indivíduos, famílias, grupos e organizações. Castells (1999), por sua vez, discute a emergência de uma sociedade em rede, capitalista, globalizada regida por núcleos de poder descentralizados, estruturada com base nas tecnologias da informação. Ainda para este autor “as redes, sua arquitetura e suas dinâmicas de inclusão/exclusão, estariam na base dos processos e funções predominantes em nossa sociedade, dando origem a uma morfologia do social” (CASTELLS, 1999, p. 498).

Franco (2001: p. .371) pondera que uma rede social toma “forma de ordem espontânea, que emerge como resultado das interações de participantes descentralizados, sem ser criada por qualquer autoridade centralizada”. Ainda para este autor, alguns elementos que compõem o conceito de rede social, e estão, estes, no campo da subjetividade, quando “uma rede é uma relação moral de confiança”. Dessa forma, entende-se que as redes são responsáveis pelo compartilhamento de ideias entre pessoas que possuem interesses e objetivos comuns e valores a serem compartilhados. Além disso, este autor afirma que tais redes e laços de conexões horizontais forjados entre as pessoas e organizações são conexões constituídas a partir de valores compartilhados e objetivos comuns e que se referem à maneira como as pessoas convivem – “às emoções e às razões pelas quais permanecem juntas, à forma como se relacionam e ao modo como regulam seus conflitos e se conduzem coletivamente” (FRANCO, 2002: p. 59). A discussão sobre redes é particularmente interessante para situar a problemática elucidada no presente estudo, na medida que é possível visualizar os laços e conexões entre a Copag e outras instituições, atores sociais e demais esferas políticas do município. Nessa rede comunitária instituída pela cooperativa, por meio do conjunto de seus associados, se destacam a criação de um Sindicato em Bonito, a participação de associados da cooperativa no Sitio de Mucuri e no assentamento de Dois

Braços com suas respectivas associações e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário (CMDA). Esses fios tecidos através de outras organizações associativas permitem uma característica particular, fundamental para a compreensão da dinâmica instituída pela Copag junto as diversas esferas sociais do município.

Aproximando a ideia discutida por Franco (2001), Bourdieu (1980 apud SABOURIN, 2009: p. 248) ao abordar o tema do capital social relaciona diretamente à ideia de uma “rede duradoura de relações de familiaridade ou de reconhecimento mais ou menos institucionalizadas.” Para este autor, essa rede a qual se refere “proporciona vantagens aos indivíduos, às famílias ou aos grupos que possuem relações sociais e profissionais mais amplas” (SABOURIN, 2009: p. 248). Tal abordagem na literatura é frequentemente evidenciada através das virtudes associadas ao capital social das comunidades rurais e de suas organizações, como por exemplo, as cooperativas agrícolas. Schmitt (2011), situa as redes, em torno das regiões rurais, afirmando que são incorporadas ao debate, na literatura, como um instrumento de análise capaz de possibilitar o estudo das transformações e os fenômenos sociais destes territórios.

Nesse sentido, ainda de acordo com esta autora,

verifica-se um crescente interesse em relação às novas possibilidades de imbricação entre redes, valores, produtos e territórios, surgidas no contexto de uma economia de qualidade em que as preferências dos consumidores em relação a alimentos saudáveis, seguros ou ecologicamente produzidos abrem novas potencialidades na construção de mercados diferenciados, através de redes com capacidade de operação a longa distância (como o comércio justo) ou dos chamados circuitos curtos de comercialização (Schmitt, 2011: p. 19).

Schmitt (2011: p. 19), ao relacionar a discussão sobre a relação entre redes e desenvolvimento rural afirma que, de um modo geral, a literatura parte de uma definição “positiva” do espaço rural baseada, fundamentalmente, em três elementos distintivos, a saber:

- o rural em suas diferentes configurações e atividades, é identificado como lugar de co-produção entre os seres humanos e a natureza;
- o rural é caracterizado, também, em termos relativos como ambiente onde predominam pequenas e médias empresas;
- por fim, identifica-se nas áreas rurais, uma presença mais forte de mecanismos não-mercantis de intercâmbio, o que contribui para que essas regiões consigam manter uma resiliência frente às oscilações do mercado.

Esta autora ainda complementa, ao observar que a interseção entre rede, endogeneidades, sustentabilidade, capital social, arranjos institucionais e a governança dos mercados tornam-se “componentes chave no fortalecimento da rede rural como conjunto mais ou menos coerente de recursos, atores, atividades, conexões e

externalidades positivas, capaz de fortalecer e dar suporte a processos sustentáveis de desenvolvimento rural” (SCHMITT, 2011: p.21). O reconhecimento das redes nos espaços rurais guarda íntima ligação com a agricultura familiar, na medida em que se reconhece no agricultor o principal ator do mundo rural (WANDERLEY, 2009). E é sobre essa categoria que será discutido adiante.

2.2. O debate sobre Agricultura familiar

Como descreve a professora Nazareth Wanderley (2009), a agricultura familiar não é uma classe social contemporânea, muito menos são recentes as pesquisas e contribuições da sociologia rural sobre o assunto. Entretanto, como sublinha esta autora (2001: p. 21-22):

nos últimos anos a agricultura familiar tem adquirido aspecto de novidade e renovação quando se considera a utilização, significado e abrangência do termo, a sua importância social e econômica e as políticas elaboradas para esse público específico.

Ainda de acordo com Wanderley (2009), o termo agricultura familiar é entendido como aquele em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho na unidade produtiva. Como observa esta autora, este caráter familiar não é um mero detalhe circunstancial. O fato de uma estrutura produtiva associar “família-produção-trabalho”, como um único tripé, tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Segundo Wanderley (2009), os atores desta atividade agrícola são sujeitos de uma tradição cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir, pelas raízes e pelo modo de vida, mas que devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade diante dos processos globais da economia (WANDERLEY, 2009). Além de ser responsável por uma significativa produção de excedente, a agricultura de base familiar assume seu próprio abastecimento. A subsistência da atividade é uma estratégia que visa a garantir a autonomia relativa da família e que se inscreve numa relação complexa, na qual como afirma Sabourin (2009), estão presentes as trocas mercantis, as redes e as relações locais de reciprocidade.

Com efeito, Murilo Flores (2002) observa que, nas últimas duas décadas, houve uma maior preocupação e discussão sobre a Agricultura Familiar no âmbito nacional, permitido pela existência de alguns fatores, a exemplo do:

- Início do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf em 1995;
- Fortalecimento das ações de reforma agrária, como respostas às pressões de diversos segmentos da sociedade que permitiram avanços no sentido de apoiar a conquista de novos espaços para a agricultura familiar;
- Progressos realizados na política de crédito rural e de investimentos em infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Entretanto, todo o destaque que as atividades agrícolas vêm conquistando nos últimos anos no cenário nacional, alerta Flores (2002), que ainda não foi suficiente para determinar um novo modelo de desenvolvimento rural não excludente no país. Nessa perspectiva, Wanderley (2009), afirma que a modernização da agricultura no Brasil, que se impôs como um patamar de referência, teve por natureza ser profundamente seletiva e excludente. Esta autora, com base em José Graziano da Silva, destaca, a partir dos dados dos censos de 1975, 1980 e 1985 (...) que “menos de 10% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros estariam integrados a essa moderna maneira de produzir” (SILVA, 1996: p. 170 apud WANDERLEY, 2009). Com efeito, de certo modo, a modernização da agricultura é, ao mesmo tempo, causa e consequência da expansão da globalização e conseqüentemente, do capitalismo no campo e, nesse sentido, contribui largamente para um processo de produção agrícola voltado principalmente à busca de rentabilidade através da minimização dos custos e da maximização da produtividade. Essa lógica hegemônica é diferente da lógica camponesa, contra-hegemônica, discutida por Wanderley (2009), em que o agricultor participa de todas as etapas do processo de produção e, mesmo destinando o excedente de sua produção ao mercado, direciona sua produção à subsistência da família. Esta autora ainda destaca que existem outros elementos das sociedades rurais tradicionais, característicos do que ela chama de um “ethos camponês”, que resistem e se reproduzem socialmente através dos valores, tais como o convívio entre os vizinhos, o trabalho de base familiar, a pequena produção de variedades de alimentos que garantem segurança alimentar, estabelecimento de redes de trocas e solidariedade, características típicas do modo de vida do camponês tradicional inserido em sua comunidade.

2.3. conceito de comunidade

Podemos aproximar o *ethos camponês* das sociedades rurais tradicionais discutido por Wanderley (2009) com o conceito de comunidade abordado por Zygmund Bauman (2003), quando este autor relaciona a palavra comunidade à ideia de solidariedade, vida em comum, senso de pertença a determinada coletividade, sentimentos de aconchego, segurança e bem-estar, independentemente de época ou de região. Referindo-se também a essa ideia, Cavalcanti (2013: p. 67) situa a comunidade, seja como conceito, categoria ou fenômeno, na perspectiva de valorização de “um mundo da proximidade, das lealdades primordiais, da solidariedade, da comunicação face a face, do diálogo, da produção, da reprodução, da preservação ambiental e dos saberes”. Ainda para esta autora, a reprodução da comunidade se processa em um espaço demográfico e através de uma sociabilidade específica característica da vida comunitária. De acordo com Sabourin (2009), a maioria dos agricultores familiares e camponeses vive hoje em aldeias chamadas de sítios ou comunidades. Sendo, de acordo com ele, o termo comunidade mais utilizado. Ao que complementa: “em função da sua história, esta palavra além da localidade e da proximidade, carrega as noções de parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamento de recursos, o que a aproxima do conceito de reciprocidade de forma singular” (SABOURIN, 2009: p. 48).

A discussão em torno do conceito de comunidade não é novo e constitui um referencial clássico na Sociologia. Durkheim, por exemplo, preocupado em explicar a divisão social do trabalho, tema central de sua obra "Da Divisão Social do Trabalho", publicado em 1893, distingue os conceitos de comunidade e sociedade, relacionando-os à ideia de solidariedade. Este autor, admite que nas comunidades, identificadas por ele como sociedades “primitivas” ou “arcaicas”, haveria um tipo de solidariedade que denominou de solidariedade mecânica. Tal solidariedade teria como característica central o compartilhamento de valores, crenças e tradições, como sublinham Bodart e Silva (2013):

[...] os indivíduos que a integram compartilham das mesmas noções e valores sociais tanto no que se refere às crenças religiosas como em relação aos interesses materiais necessários a subsistência do grupo. São justamente essas correspondências de valores que irão assegurar a coesão social desse tipo de sociedade.

Por outro lado, para Durkheim haveria, nas sociedades “modernas” ou

“complexas”, um outro tipo de solidariedade, a que denominou de solidariedade orgânica, capaz de definir funções específicas dentro da divisão social do trabalho. Nesse sentido ocorre um processo de individualização dos indivíduos dessa sociedade. De modo que:

Além de não compartilharem dos mesmos valores e crenças sociais [em relação às sociedades “primitivas”], os interesses individuais são bastante distintos e a consciência de cada indivíduo é mais acentuada (Bodart e Silva, 2003).

Não menos importante são as contribuições teóricas clássicas de Weber (1973, p. 140-143) que discute, especificamente, a comunidade como um conceito amplo que abrange situações heterogêneas, mas que, ao mesmo tempo, apóia-se em fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais. Weber (1973, p. 140) chama de comunidade “uma relação social quando a atitude na ação social inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo”. Ao que complementa:

comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento [da situação comum], a ação está reciprocamente referida – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo (WEBER, 1973: p. 142).

Vale ressaltar que essas ideias durkheimianas e weberianas, discutidas anteriormente, acerca da comunidade e sociedade foi, de certa forma, herdada de um outro eminente sociólogo, alemão, Ferdinand Tönnies que buscou explicar a oposição binária “Comunidade e Sociedade” (“Gemeinschaft und Gesellschaft”) na sua obra publicada em 1887. Para este autor as relações comunitárias se referia a toda vida social de conjunto, íntima, interior e exclusiva. Já as relações societárias, em contrapartida, se constituiriam como a sociabilidade do domínio público, do mundo exterior (TÖNNIES, 1947: p. 20 apud BRANCALEONE, 2008). Nesse sentido, Tönnies segundo, Brancaleone (2008, p. 101 apud 1942, p. 65), formula sua teoria da comunidade e da sociedade:

(...) na comunidade os homens permanecem unidos apesar de todas as separações, na sociedade permaneceriam separados não obstante todas as uniões.

Para uma maior compreensão da teoria discutida por Tönnies, abaixo visualizamos o esquema síntese binário entre comunidade-sociedade, extraído de Brancaleone (2008, p. 103):

O MODELO COMUNIDADE-SOCIEDADE

COMUNIDADE		SOCIEDADE	
Modo de união afetivo		Modo de união objetivo-contratual	
Convivência externa	Tipo de ocupação e tendência dominante de orientação espiritual	Convivência externa	Tipo de ocupação e tendência dominante de orientação espiritual
Vida de família –hábitos	Economia doméstica	Vida na metrópole – convenção	Comércio – contrato
Vida de aldeia –costumes	Agricultura	Vida nacional – política/Estado	Indústria – planejamento
Vida urbana –religião	Arte	Vida cosmopolita –opinião pública	Ciência – imprensa/opinião pública

Fonte: Baseado em Tönnies, F. (1947: 313-5).

Figura 2: Modelo Comunidade-Sociedade

Dentro desse prisma, Bonomo e Souza (2010) discutem que, no complexo sistema de organização da sociedade contemporânea, a noção de comunidade se opõe à de sociedade, ao evocar um tipo de organização do passado que se contrapõe às sociabilidades hegemônicas. Durham (2004) esclarece que, como um mito do nosso tempo, o conceito de comunidade remete a um período inicial de formação das sociedades que implicava uma vinculação afetiva essencial à sua constituição e permanência. A sociedade, por sua vez, se fundamentaria numa hostilidade potencial, caracterizada pela “pluralidade de pessoas isoladas, com interesses particulares, entre as quais se estabelece um vínculo de natureza racional, cada qual buscando obter vantagens pessoais” (DURHAM, 2004: p. 221).

Dessa discussão reconhecidamente abrangente sobre comunidade, interessa, para os propósitos dessa pesquisa, destacar até que ponto a vivência comunitária dos agricultores de Bonito tem sido favorecida pela sua inserção na cooperativa. Noutros termos, significa situar se a cooperativa está permitindo o estabelecimento de relações de proximidade, sentimento de solidariedade entre aqueles agricultores. Nesse sentido, são relevantes para esse debate os trabalhos recentes de Cavalcanti (2013) e Brandão (2007) que têm como fio condutor a ideia de que as comunidades rurais se identificam por serem um grupo caracterizado pelas suas lutas diárias de subsistência, modos de viver e sociabilidades que permitem a reprodução social desses indivíduos.

Cavalcanti (2013: p. 67) observa, com muita propriedade, que:

Os estudos clássicos e contemporâneos sobre o mundo rural revelam que a comunidade e os seus elementos constitutivos, os grupos domésticos e a vizinhança constituem o chão para as práticas diárias da produção agrícola e pecuária, da reprodução, da sociabilidade em conformidade com hábitos, estilos de vida e conhecimentos que orientam os usos da natureza, da terra, da água, da fauna, da flora e da reprodução da família.

Nesse sentido, a essência da vida rural se reiventa no presente através de estratégias que possibilitam sua preservação, “transformando todo o necessário para que o essencial de suas formas de vida não se perca” (BRANDÃO 2007: p. 42), na medida em que se perpetuam ali (nas comunidades camponesas) “formas de vida comunitárias e tradicionais de ocupação e produção (como os acampamentos dos movimentos sociais da reforma agrária) em multiespaços partilhados de vida, labor e trabalho (...)” (BRANDÃO 2007: p. 41). Com efeito, é no campo, onde as atividades da agricultura familiar se perpetuam, sendo realizadas dentro ou fora das unidades produtivas, reproduzindo socialmente espaços comunitários, dispondo de um modo de vida particular e complexo, com suas características específicas de relações familiares, vizinhança, formação de alianças, redes, práticas associativas, solidariedade, etc. Eis a razão pela qual a discussão sobre capital social também guarda particular relevância nessa análise ao procurar resgatar um *ethos* comunitário na análise social.

2.4. O conceito de capital social

A preocupação com a participação comunitária tem sido permanentemente apontada na literatura como um instrumento importante na “instauração de uma sociedade democrática e na resolução de problemas coletivos” (BAQUERO, 2002: p. 117). Nesse sentido, pode-se afirmar que a utilidade da participação cívica sempre foi considerada fundamental no processo de construção de uma nação. Na perspectiva de analisar os aspectos positivos da capacidade associativa, Baquero (2002) cita David Trivers que postulou a teoria chamada de “altruísmo recíproco”. Segundo Baquero (2002), nessa teoria, as interações são frequentes e, quanto mais elas duram, maior a possibilidade de duas pessoas interagirem. Para esse autor, o altruísmo recíproco funcionaria quando a maioria das pessoas começa a apreciar o valor da reciprocidade generalizada. Assim, a ordem natural que emergiria desse processo de interações se

materializaria em obrigações e normas mútuas de cooperação. James Wilson (1998: p. 56) afirma que:

(...) num estágio da evolução humana provavelmente muito cedo – o comportamento cooperativo se tornou adaptativo. Os grupos que podiam estar juntos para se proteger, caçar e se defender contra os predadores provavelmente eram mais capazes de sobreviver em relação àqueles que ficavam dependentes de sua própria sorte. Dessa maneira, por um processo de seleção natural e seleção sexual, os indivíduos com impulsos pró-sociais tinham uma probabilidade maior de êxito reprodutivo.

No contexto atual, a literatura aponta outras perspectivas teóricas, as quais também defendem a ideia de que a cooperação é um traço natural do ser humano, e que, portanto, essa dimensão cooperativa deveria ser maximizada. Dessa forma, Baquero (2002) acredita que a valorização de ações cooperativas entre pessoas possibilita o estabelecimento de uma ordem social justa e eficiente. Segundo este autor, esta foi a dimensão mais utilizada por estudos que, posteriormente, passaram a centrar sua preocupação em torno do tema de capital social.

De acordo com D'Araujo (2003: p. 9), foi a partir dos anos de 1990 que o Banco Mundial passou a distinguir quatro formas de capital com o objetivo de avaliar os projetos de desenvolvimento, a saber: capital natural, capital financeiro, capital humano e, finalmente, capital social. Este último é identificado por expressar, “a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos”. Ao que complementa: “Capital social é a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum” (D'ARAÚJO, 2003: p. 10).

Abromovay (2003) no seu texto “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”, observa que em torno do desenvolvimento rural, particularmente, convergem duas correntes contemporâneas: uma que enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento referente à montagem das "redes", das "convenções", em suma, das instituições que permitem ações cooperativas capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade; e uma outra que diz respeito ao capital social, a partir dos trabalhos de Coleman (2011) e Putnam (2002). Vale ressaltar que, na perspectiva de Putnam, o capital social se refere às "características da organização social, como confiança, normas e sistemas de redes, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (PUTNAM, 1996: p. 177 apud ABRAMOVAY, 2003). Dessa forma, as redes de compromisso

cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo são apontadas na literatura enquanto fatores fundamentais do desenvolvimento local.

Segundo Franco (2000: p. 38), o conceito de capital social está relacionado ao estado de organização de uma sociedade:

Existe uma relação direta entre os graus de associativismo, confiança e cooperação atingidos por uma sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico e cidadão e a boa governança e a prosperidade econômica. Tal relação pode ser entendida como capital social.

Este autor ainda destaca, que a ideia de capital social pode ser resumida à capacidade de se viver em comunidade, ou seja, de interagir socialmente, de se criar e manter contextos onde se manifeste um *ethos* de comunidade (FRANCO, 2001). Relacionar a ideia de capital social com o *ethos* comunitário significa admitir, através de uma classe particular, interações sociais capazes de promover o reconhecimento mútuo; a confiança; a reciprocidade e a ajuda mútua; a solidariedade; e a cooperação (FRANCO, 2002).

Durston (2002), discute que o capital social diz respeito a relações de confiança, reciprocidade e cooperação presentes em certas estruturas sociais. Desse modo, os estoques de capital social nessas estruturas se imprimem na rede de relações de um sistema social complexo (DURSTON, 2002). Nessa mesma linha de pensamento, Bordieu na sua discussão sobre *Las formas del capital* (2001: p. 148) define que:

O capital social está constituído pela totalidade de recursos potenciais ou reais associados ao usufruto de uma rede duradoura de relações ou menos institucionalizada de conhecimento e reconhecimento mútuos. Dito de outra maneira, trata-se da totalidade de recursos baseados no pertencimento a um grupo.

Os estudos sobre capital social tentam reunir categorias de análise oriundas da economia e de outras ciências sociais: estoque, recursos, cumulatividade, redes sociais, confiança mútua, convivência, compromisso cívico, entre outras (2003). Putnam, por exemplo, salienta que, em uma comunidade ou uma sociedade abençoada por estoques significativos de capital social, redes sociais de compromisso cívico incitam a prática geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua (PUTNAM, 1996: 67 apud ABRAMOVAY, 2003). Mas, como questiona Putnam, por que caracterizar estes atributos sociais com o nome de “capital”? Afinal, como explica este autor, a noção de capital envolve, em suma, apropriação privada embora tenha como característica central o fato de ser um bem público. Na perspectiva de Putnam (2002), o capital social é um conjunto de recursos (boa parte dos quais simbólicos) de cuja

apropriação depende em grande parte o destino de uma certa comunidade. Nesse sentido, o conceito de capital social permite explicar, como fez Putnam (2002), o porquê de certas comunidades atuarem de forma empreendedora e apresentarem taxas de crescimento maiores do que outras que não conseguem obter o mesmo êxito com os mesmos incentivos institucionais. Nesse sentido, como ilustra Franco (2001: p. 35) os estoques de capital social de uma comunidade podem “estimular a participação das pessoas em atividade cooperativas colaborando para reduzir os índices de exclusão social e redução da pobreza”, especialmente em comunidades rurais. Neste panorama, discute-se a vinculação do capital social com os princípios e práticas do cooperativismo. Para Oliveira e Souza-Lima (2006), o capital social é um recurso de grande importância para estimular o desenvolvimento do cooperativismo numa dada região por se apoiar em redes, laços sociais e numa cultura participativa, permitindo forte impacto sobre o desenvolvimento agrícola nos diferentes contextos locais.

2.5. Desenvolvimento Local: uma discussão recente

O termo “desenvolvimento local” carece ainda de uma definição precisa (OLIVEIRA, 2006: p. 168). Mas, via de regra, o desenvolvimento local está vinculado à ideia de melhoria das condições de vida e a promoção de mudanças, a partir da utilização de recursos endógenos, com vistas à mobilização da sociedade em defesa dos interesses coletivos. Além disso tem representado um esforço para identificar, valorizar as vocações, as potencialidades e as oportunidades ali presentes (OLIVEIRA, 2006). Segundo Franco (2002), a ideia de desenvolvimento local é coisa antiga e seria possível afirmar isso no mesmo sentido em que se diz que a globalização é coisa do século XVI. Contudo, a globalização da atualidade é um fenômeno com características novas e que, segundo esse autor, o mesmo ocorre com o desenvolvimento local, depois do final dos anos 80 do século XX, quando começou a emergir um novo padrão de relação Estado-Sociedade e as pessoas começaram a questionar o mito do primado do econômico.

Franco (2002), afirma que a partir dos anos 90 as pessoas começaram a perceber que, sem atingir um certo patamar de desenvolvimento social (ou sem acumular um certo “estoque” de capital social), as sociedades têm grandes dificuldades para se expandir economicamente e para atingir o que se chama de prosperidade. As ideias e

práticas de desenvolvimento local surgidas após esse período e desses mais vigorosos questionamentos ao mito do primado econômico teriam de ser diferentes das ideias e práticas anteriores sobre o desenvolvimento local, então denominado de desenvolvimento econômico local (Idem). Porém a novidade, para Franco (2002), está em algumas ideias que não estavam incluídas no conceito de desenvolvimento local antes do final da década de 80. O autor pontua seis concepções e ideias novas, por ordem de importância lógica ou metodológica, sobre este assunto:

- A concepção sistêmica sobretudo a concepção dos sistemas complexos adaptativos (trazendo consigo as ideias de sustentabilidade como função de integração e como conservação da adaptação);
- A hipótese da existência de vários fatores do desenvolvimento e, sobretudo, o conceito de capital social;
- A ideia de cooperação e de cooperatividade sistêmica como elementos sem os quais a competição e a competitividade sistêmica levam a crescimento centralizador e, portanto, a crescimento sem desenvolvimento;
- A ideia de sociedade rede;
- A ideia da radicalização ou democratização da democracia e a compreensão das relações intrínsecas entre desenvolvimento e política, quer dizer, a concepção de desenvolvimento como mudança social;
- A ideia de um novo padrão de relação Estado-Sociedade que leva em conta a existência e o papel estratégico, para o desenvolvimento, da nova sociedade civil (Terceiro Setor).

Buarque (2002: p. 25) conceitua o desenvolvimento local como sendo “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Esse autor ainda afirma que o desenvolvimento local “deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, ao mesmo tempo, em que deve assegurar a conservação dos recursos naturais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local” (Idem). Um empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da

localidade (BUARQUE, 2002). O desenvolvimento local representa, assim, “o resultado de uma vontade conjunta e dominante da sociedade que dá sustentação e viabilidade política às iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade” (CASTELL & BORJA, 1996: p. 30).

Somando-se a essa linha de reflexão, Pires (2003: p. 60) ressalta que o desenvolvimento local está vinculado ao cooperativismo “ao expressar o comum e o incomum, o genuinamente local e o global, numa diversidade de respostas voltadas à geração de renda e à melhoria da qualidade de vida”. Nessa mesma perspectiva, Bialoskorki (2002) afirma que os empreendimentos cooperativistas são organizações que apresentam uma importante função pública de desenvolvimento econômico, aliada à geração e distribuição de renda e à criação de empregos. Esse autor destaca em seus estudos, que, a grosso modo, quando há um acréscimo de 10% na proporção de produtores associados em cooperativas, registra-se um aumento de 2,5% de renda média regional (BIALOSKORKI, 2002).

Especificamente no mundo rural, Callou (2002) destaca que as mudanças geradas pela globalização trazem grandes implicações à produção agrícola e as suas formas de comercialização. Nesse contexto, considera-se que a organização associativa e o acesso à informação, à tecnologia, aos mercados, às políticas de assistência técnica e extensão rural são estratégias de empoderamento dos agricultores familiares perante à mundialização da economia. Entre as iniciativas de inclusão dos agricultores familiares nas políticas de desenvolvimento local, se faz necessário destacar as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Estas, incubadoras tecnológicas, se propõem a construir instrumentos, ferramentas e meios de incentivar o surgimento e o fortalecimento de novas empresas por meio de tecnologias sociais.

No que se refere, particularmente, a relação entre os conceitos de capital social e desenvolvimento local, Filho e Silva (2006) chamam a atenção para o fato do capital social ocorrer em base local e estar vinculado ao progresso desse desenvolvimento. Esse processo relaciona os preceitos da comunidade com a sua forma de interação e os objetivos a que esta se propõe (Idem). O que, é complementado por Baquero (2002), ao constatar que as associações e redes locais têm um impacto positivo no bem estar dos moradores e no desenvolvimento local.

Observa-se, no caso particular desta pesquisa empírica desenvolvida no Agreste de Pernambuco, a importância da cooperativa agrícola na vida dos agricultores familiares, isto é, na forma como definem o sentido comunitário de sua existência,

possibilitando a criação de outras redes de caráter associativo, ampliação do capital social e suscitando melhores condições de vida àqueles que sustentam o empreendimento.

Capítulo III

3. A Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste Pernambucano (Copag)

“(...) a gente faz da cooperativa a nossa escola, mas o cooperativismo mesmo, na realidade, é uma ferramenta, um instrumento que faz quem é grande virar multinacional, quem é pequeno virar grande (...) e quem não é nada virar alguma coisa.” (atual presidente da Copag).

3.1. O campo de Análise e Discussão

A Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco (Copag) foi fundada em junho de 2004, inicialmente com vinte agricultores familiares, no município de Bonito, estado de Pernambuco, região do agreste.

O agreste pernambucano está situado numa região intermediária entre a Zona da Mata e o Sertão e se caracteriza por ter uma economia diversificada, voltada, especialmente para a agricultura, com o cultivo de lavouras, como milho, feijão e mandioca (entre outras), além da pecuária de leite e de corte. Esta região está dividida nas seguintes microrregiões: Vale do Ipanema, Alto do Capibaribe, Médio Capibaribe, Garanhuns, Vale do Ipojuca e o Brejo Pernambucano, estando o município de Bonito situado nesta última microrregião. O Brejo é composto de dez municípios, abrangendo uma área de 2.462 km², o equivalente a 2,6% do território do estado, caracterizado pelo seu clima semiárido e pelas várias atividades agrícolas que são ali praticadas, como cultivo de frutas, hortaliças, café, dentre outras (MONTEIRO et al. 2007).

A cidade de Bonito possui uma área territorial de 395,613 km² e de acordo com o censo 2014 do IBGE, a população residente total é de 37.566 habitantes. O acesso, a partir da cidade do Recife, é realizado através da BR-232 e PE-103, via Bezerros. Bonito foi criado em 12/04/1839, pela Lei Provincial n. 65, sendo formado pelos distritos: Bonito (sede), Bentivi Luteipora e do povoado Estreito do Norte (MONTEIRO et al, 2007). A beleza do local deu à cidade o nome de Bonito e hoje é conhecida principalmente por ser um importante ponto turístico do Estado.

3.2. HISTÓRICO DA COPAG

Desde a sua fundação, a Copag vem apresentando um crescimento expressivo no seu corpo social. Do pequeno grupo de 20 pessoas ligadas a sua origem, conta, hoje, com um grupo de 93 associados, embora apenas setenta desses sejam considerados atuantes na cooperativa, que se dedicam à produção de inhame, cará-de-são-tomé e batata doce.

A cooperativa surgiu do interesse coletivo de unir os produtores em torno da valorização da produção e do trabalho do produtor local, de modo a permitir barganhar melhores preços nos mercados e principalmente dispensar a figura dos intermediários, que, como sublinharam durante os relatos, sempre foi uma figura predatória no processo de compra e venda da produção na região. O discurso do ex-presidente desta organização é ilustrativo neste sentido:

“(...) Muitos produtores diziam não saber o que era ser Cooperativismo/ Cooperativa; mas sabiam que era bem melhor do que a situação que estávamos vivendo. Que era produzir inhame uma safra por ano! Todos nós suávamos a camisa, nos aperreávamos. Quando chegava a hora de comercializar o produto chegavam os intermediários/atravesadores e compravam os produtos ao preço que eles próprios estabeleciam,, quase de graça que era vendido (...)”(sócio-fundador da Copag).

Os objetivos da Copag, de acordo com seu o estatuto, estão em congregar os produtores agropecuários da região do agreste do estado de Pernambuco em torno das seguintes atividades: receber, transportar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção de seus cooperados, registrando suas marcas se for o caso; (...) adquirir e repassar aos cooperados bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades; fomentar a integração entre os produtores rurais da região do Agreste pernambucano, inclusive capacitando-os sobre introdução de novas tecnologias e educação ambiental. A cooperativa realizará suas atividades sem finalidade lucrativa e sem discriminação política, religiosa, racial e social (ESTATUTO SOCIAL DA COPAG, 2006).

O perfil dos associados da Copag é constituído por 65 homens, na faixa etária de 26 a 65 anos e por 28 mulheres, numa faixa de 20 a 75 anos, tendo, na sua grande maioria, baixa escolaridade³. Entre os associados, o menor produtor é responsável pela

³ De acordo com os relatos 90% dos associados estudaram até a 6ª Serie do 1ª Grau e em torno de 10% possuem segundo Grau Completo.

produção de cerca de 5.000.00 arrobas de inhame, batata doce e cará-são-tomé, enquanto que o maior associado produz 80.000.00 arrobas desses tubérculos. O conselho de administração é composto por 5 membros eleitos na ocasião da Assembléia Geral, com um mandato de quatro anos, assim discriminados: Presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário e tesoureiro. O conselho reúne-se de três em três meses ordinariamente e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, da maioria do próprio conselho ou, ainda por solicitação do Conselho Fiscal. As deliberações são consignadas em atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas, no final dos trabalhos, pelos membros do conselho presentes. O Conselho fiscal, por sua vez, é constituído por 3 membros efetivos e 3 suplentes, todos cooperados, eleitos anualmente pela Assembléia Geral (ESTATUTO SOCIAL DA COPAG, 2006). Para desenvolver as suas ações, a cooperativa conta com 9 colaboradores cooperados: 2 motoristas, 4 ajudantes de caminhão e 3 pessoas na equipe de campo. Desse modo, os cooperados que ao dedicarem a um dia de trabalho recebem uma ajuda de custo, referente a uma diária. São eles que organizam os pedidos dos demais agricultores, carregamento dos produtos nos caminhões e entregas. Há ainda a manutenção da prestação de serviço de um escritório de contabilidade, que é fundamental, indispensável à vida fiscal e administrativa da cooperativa. Ainda no âmbito do desenvolvimento de suas ações a cooperativa mantém uma secretária administrativa na sua sede.

A Copag tem um calendário fixo de reuniões. Os sócios se reúnem a cada dois meses. A assembleia geral ordinária ocorre uma vez ao ano e as assembleias extraordinárias, acontecem sempre quando são necessárias e/ou urgentes, obedecendo à legislação pertinente (Lei 5764171).

No período de 2007 a 2009, a cooperativa realizou atividades de capacitação com auxílio da Unicafe e da Secretaria Municipal da Agricultura (SEMA), no âmbito da agricultura orgânica, gestão cooperativa e associativismo. Como admitido pelos gestores, tal iniciativa representou uma forma de estimular a participação e empoderamento dos associados. De acordo com as entrevistas, a importância dessas capacitações esteve em propiciar uma maior percepção da dinâmica do empreendimento cooperativo, conforme relatado:

“(…) Por incrível que pareça, dos 93 sócios que estão hoje, 60 foram os que participaram dessas capacitações.” (Presidente da Copag)

Na percepção do entrevistado, esse número representava uma participação

expressiva na programação instituída, salientando também a importância de atividades dessa natureza como estímulo a uma maior participação dos associados.

3.3. Tecendo as redes, parcerias e o sentido comunitário no município de Bonito

O sentimento comunitário e a solidariedade entre sócios da cooperativa foram aspectos exaltados nos discursos, constituindo-se como elementos importantes na compreensão da configuração do tecido social da história da região. Assim, referindo-se aos agricultores familiares na vivência da organização, um dos membros da cooperativa observa:

"(...) A cooperativa e o cooperativismo permitem as trocas, um ajudando o outro aqui dentro. Quando um tem dificuldade vai lá, ajudar pedir ajuda ao outro (...)" (agrônoma e associada da Copag)

A solidariedade a que se refere esta associada da Copag muito se aproxima do que Cavalcanti (2013, p.67) discute sobre a ideia de viver em comunidade. Para essa autora, a vinculação a uma comunidade está calcada “num mundo da proximidade, das lealdades primordiais, da solidariedade, da comunicação face a face, do diálogo, da produção, da reprodução, da preservação ambiental e dos saberes.” Com efeito, a solidariedade se materializa como uma estratégia e união dos agricultores de Bonito, na medida em que, segundo os relatos, por não receberem nenhum acompanhamento técnico, sentem, no cotidiano de suas ações, a necessidade de uma troca de saberes que assegura a reprodução social e mantém os seus laços.

“Sempre temos aquele laço de intimidade, de proximidade um com o outro; a gente sempre tá conversando a respeito da nossa cooperativa, como também das produtividades da cultura que a gente planta. Então isso é muito importante, o relacionamento, de trocar sempre ideias um com o outro pra gente aprimorar, porque ninguém sabe tudo. Então o outro vai ajudando e a gente vai se adaptando àquilo que pretende obter em algumas áreas e ajudando o outro com nosso conhecimento.” (sócio da Copag)

“Quando não se ajuda o outro quebra. A gente já passou pela situação de emprestar bomba um pro outro, cano, motor, semente.. Isso acontece não só na cooperativa mas, principalmente, nos assentamentos e associações, O cara pega emprestado qualquer objeto que necessite do amigo agricultor, só é difícil de pegar caminhão e trator mas o resto todos ajudam um ao outro (risos).” (Sócio da Copag)

Os elementos que constituem o debate sobre o capital social, já discutidos neste

trabalho, também se fazem presentes nesse último relato do sócio da Copag, na medida em que chama a atenção para a cooperação espontânea e voluntária; o capital social no seu caráter produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se não existisse. Nesse sentido, Putnam traz a tona a comunidade rural enquanto expressão de um espaço “onde os implementos agrícolas são mutuamente emprestados, cada agricultor pode realizar seu trabalho mediante o uso comum de ferramentas equipamentos, graças ao capital social entre vizinhos” (PUTNAM, 2002: p. 177).

Com efeito, o sentimento comunitário destacado pelos sócios da Copag sempre se fez presente, desde a sua origem. Isto porque, a criação desta cooperativa já foi resultado da existência de uma pequena associação comunitária conhecida como Pequenos Agricultores do Sítio de Mucuri, fundada em 25 de agosto de 1993. O processo de constituição de tal associação foi gerado no âmbito do assentamento Dois Braços. Um grupo de agricultores que residia no Sítio de Mucuri resolveu se unir para realizar a compra do Engenho de Dois Braços, transformando-o no assentamento Dois Braços, através do Programa Nacional Crédito Fundiário (PNCF)⁴ do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado, por meio do Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (Iterpe) e Banco do Nordeste. Como ilustra o presidente:

“Foram 9 famílias que participavam da associação e residiam no Sítio que financiaram a terra em 17 anos e fizeram dali o empreendimento deles, a morada e seu negócio.. E deu muito certo como assentamento. (...) A turma mora lá, todos os assentados iniciantes não tiveram a necessidade de sair. Conseguiram sobreviver e fazer da terra seu negócio, sua empresa, sua família e crescer ali dentro.. Alguns permanecem com filhos casados, outros já chegaram com família, como seu Amaro, vice presidente, que se tornou avô e permanece morando lá junto com seus filhos, netos, noras...”
(Presidente da Copag).

A associação dos Pequenos Agricultores do Sítio de Mucuri tinha como objetivo central a organização da comunidade de Dois Braços para a conquista e defesa de

⁴ Trata-se de um programa do governo federal que possibilita aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra comprar e estruturar um imóvel rural por meio de financiamento. O PNCF é coordenado pela Secretaria de reordenamento Agrário do MDA em parceria com os governos estaduais, movimento sindical rural e uma grande quantidade de parceiros. Mais informações disponíveis em: http://www.caixa.gov.br/habitacao/operacoes_coletivas/cred_fundiario/index.asp

interesses comuns do grupo. A organização associativa existe até hoje e de acordo com os relatos:

“(...) A associação dá o suporte para alguns associados ali que não têm a terra., Assim, através da associação, ele pode acessar o crédito para comprar a terra no governo no Estado ou pelo INCRA.” (Presidente da Copag)

Hoje, este assentamento guarda na memória dos associados da Copag as raízes da constituição primeira do grupo, que reporta a um modo de vida particular, à formas de luta e as conquistas históricas vivenciadas pelo grupo. Porém, dadas as limitações impostas para a comercialização dos produtos via associação, foi constituída a Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste Pernambucano (Copag). É interessante destacar, nesse sentido, que cerca de 90% dos associados da Copag ainda reside no assentamento de Dois Braços. Em 2011 o assentamento se desvinculou da Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio de Mucuri que lhe deu origem, fundando, no mesmo ano, a Associação dos Pequenos Produtores de Dois Braços, que passou a administrar o assentamento.

A Copag, segundo relatos, foi constituída com o intuito principal de dispensar os intermediários do processo de comercialização "dentro daquela filosofia de que a união faz a força" (*Sócio-Fundador da Copag*). O papel da Copag na vida dos agricultores é exemplificado com a ampliação da comercialização e da eliminação do atravessador nas vendas, como abaixo observado por um associado:

“Ela (a cooperativa) abriu uma porta pra gente que não existia em Bonito (...). A questão do atravessador a gente não tinha condição de evitar porque não tinha pra quem vender diretamente; com o atravessador a gente não conseguia bons preços, a dificuldade era grande.” (associado e tesoureiro da Copag)

Porém, passados quatro anos de realizados esses depoimentos, os associados da Copag têm, hoje, outra interpretação relacionada ao papel do atravessador na dinâmica de comercialização da cooperativa, como observa o presidente:

“(...) A safra desse ano também pode ir para o atravessador, se for o caso. O atravessador é importante, desde que você aprenda a trabalhar com ele.” (Presidente da Copag)

Entretanto, como é possível constatar, tal perspectiva compromete as atribuições da cooperativa, enquanto instrumento de comercialização dos produtores, na medida em que traz, dentre os seus principais objetivos, evitar a presença dos atravessadores na realização dos negócios. Como ilustrado por Rech (2000) que afirma que umas das principais vantagens do modelo cooperativo seria a de eliminar os intermediários dos

processos de comercialização.

Ainda no campo da organização associativa, com o objetivo de defender a categoria do agricultor familiar, a Copag fundou o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf), ligado à Fetraf), no município de Bonito, que atua como elemento importante na articulação dos produtores para ter acesso aos projetos governamentais em projetos como habitação rural. Atualmente o sindicato possui mais de 1000 sócios, aí incluindo agricultores de outros municípios vizinhos. Desses, um contingente de 60 pessoas está diretamente ligado à Copag. Ainda através do Sintraf, a cooperativa conseguiu galgar, para seus sócios, novas conquistas advindas do direito previdenciário, como a aposentadoria do trabalhador rural, salário maternidade, assistência médica e odontológica.

Outra instituição importante ligada à rede de relações tecidas pelos agricultores familiares em Bonito é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário (CMDA). O Conselho busca traçar planos e diretrizes que auxiliem no desenvolvimento da comunidade organizada em organizações associativas do município, possuindo um montante total de 52 organizações ativas no seu quadro. Todas as entidades possuem algum representante que participa das reuniões. De acordo com os relatos, o CMDA vem buscando encaminhar e apresentar os projetos específicos para as associações, sindicatos e cooperativas ligadas à agricultura familiar. Aliado ao conselho, ainda estão o Prorural, Governo do Estado e Secretaria de Agricultura.

A formação técnica relativa às práticas de manejo dos produtores da Copag tem ficado sob a responsabilidade do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), apesar dos mesmos se ressentirem que as suas demandas nesse campo não têm sido atendidas de forma satisfatória.

“A gente aceita a visita do agrônomo do IPA em nossas propriedades, mas não existe uma parceria formal... Quando o IPA, por exemplo, determina que o município vai ser gerido por área e determinada a área, acaba caindo nas unidades produtivas dos nossos cooperados... Até o ano passado, nós tínhamos uma ajudazinha, mas depois que mudou de técnico, nada aconteceu... O IPA tem muitos altos e baixos.” (Presidente da Copag)

Alguns sócios lamentaram a inexistência de um técnico fixo para realizar o acompanhamento de sua produção: *“Não existe um agrônomo na Secretaria de Agricultura pra dar suporte pra ninguém no município,”* afirma um agricultor associado. Tal situação vem permitindo a elaboração de uma estratégia particular de ajuda mútua tecida pelos seus sócios, baseada na troca de saberes entre os agricultores,

na busca de soluções conjuntas, conforme expresso na fala de um associado: “o mais experiente ajuda o menos experiente”. Tal situação se repete no cotidiano dos associados, como demonstra o discurso de um dos sócios entrevistados:

“Cheguei, essa semana, na unidade produtiva de um amigo agricultor que estava com a roça morrendo e ele colocando vários tipos de veneno e só piorando sem saber o que servia e o que não servia. Ai, então, a gente foi conversando até resolver o problema com a compra de um veneno que combateu aquele tipo praga.” (sócio da Copag)

Portanto, o relato acima é ilustrativo no sentido de que muito se aproxima do que Sabourin (2009) aponta como elementos que constituem os princípios de base da comunidade camponesa do Brasil: parentesco, localidade, sentimento de pertencimento e reciprocidade.

3.4. A COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Dentre os objetivos que motivaram a formação da Copag estava o forte interesse na abertura de canais de participação nos programas governamentais, a exemplo do Programa Banco de Alimentos, uma ação integrada ao Fome Zero. Neste ano de 2014, a Copag estima a venda de 100 toneladas dos seus produtos diretamente ao Banco de Alimentos, destacando que esse programa abrange a compra de uma variedade de produtos agrícolas, como evidenciado no discurso a seguir:

“O Banco de Alimentos não compra só inhame. Compra o que tiver lá na roça... Banco de alimentos é salada de frutas, não tem especificação no projeto do tipo “-você vai fornecer inhame..” O projeto do Banco de Alimento funciona assim: -“você vai fornecer R\$ 20,000,00 por pessoa“, do que? Não se sabe.. “-O que tem ai hoje?” Feijão verde? Então pega o Feijão verde... Tem pepino, acelga... Ou seja, o programa não se concentra em uma única produção agrícola.”(Presidente da Copag)

A Copag conseguiu firmar contratos com a Companhia Nacional de Abastecimento – (Conab), desde 2006 até o ano de 2012. A Conab, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, comprava os produtos da Copag e fornecia para a prefeitura de Bonito e outras prefeituras, a saber: Rio Formoso, Tamandaré, Cortês, Barra de Guabiraba, Pesqueira e mais 34 associações beneficiárias consumidoras do PAA, beneficiando de acordo com o que fora relatado, em torno de

37.000 pessoas da região. Em Bonito, a prefeitura beneficiava e utilizava os tubérculos na merenda das escolas públicas do meio rural e do meio urbano, como forma de valorizar os produtos locais, gerando trabalho e renda para os agricultores familiares, conforme proposta desta política de governo. Vale ressaltar que a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criada pela Lei nº 8.029, de 12/04/90, tendo por finalidade executar a Política Agrícola, no segmento do abastecimento alimentar e a Política de Garantia de Preços Mínimos. A aquisição se dá pelo Governo Federal (AGF), como meio de assegurar a do agricultor familiar e de suas cooperativas, diante das oscilações de preço do mercado (Conab, 2014).

Recentemente, a parceria com a Conab foi paralisada, fazendo com que as negociações tenham migrado para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁵, sob a responsabilidade do Governo do Estado. Do conjunto de produtos habitualmente adquiridos pelo PNAE, apenas o inhame é comercializado pelos associados da Copag. De acordo com as entrevistas, o preço que a Conab continuou a oferecer nos produtos da Copag desmotivaram os sócios a permanecer com o contrato visto que o Governo do Estado oferecia um melhor preço.

“O governo do Estado [PNAE] paga hoje uma arroba de inhame pra Copag R\$ 49,50, enquanto a Conab continua pagando R\$ 19,00 e ai? Como se adequa isso? (...) Ou você vende a R\$ 49,50 aqui ou você vende a R\$ 19,00 ali. Na mesma cooperativa, não há espaço pra um mesmo agricultor vender a R\$ 49,50 e o outro vender a R\$ 19,50 e nos projetos funcionam assim.”
(Presidente da Copag)

Em 2014 a Copag irá iniciar o ano no PNAE com um contrato fechado de cerca de R\$ 880.000,00, com o fornecimento de 300 toneladas de inhame, canalizando, de acordo com as entrevistas, em média de 90% da sua produção. Um montante expressivo para cooperativa que, como salienta um dos sócios “a expectativa para esse ano é muito boa.”

Através do interesse da cooperativa em estabelecer parcerias para viabilizar o projeto, a Copag conseguiu firmar parceria com a Ong Visão Mundial, como forma de

⁵ Além do inhame, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) adquire os seguintes produtos: são alface crespa, banana pacovan, cebolinha, coentro, iogurte, mel de abelha, cenoura, cebola branca, melão espanhol e melancia. Os gêneros atenderão a rede escolar jurisdicionada pelas Gerências Regionais de Educação - Recife Norte, Metropolitana Norte, Recife Sul e Litoral Sul, durante o período de 12 meses. Para maiores informações disponível em: <http://www.pe.gov.br/blog/2012/02/24/secretaria-de-educacao-de-pernambuco-divulga-chamada-publica-do-pnae/>

facilitar a prestação de serviços de assistência técnica e orientar os processos de comercialização dos produtos junto aos pequenos produtores. Através da Visão Mundial, os associados da Copag ingressaram numa rede de cooperativismo solidário, a exemplo da Unicafes, onde o sócio-fundador da Copag assumiu e fundou a presidência da sede da Unicafes estadual de Pernambuco, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), fortalecendo ainda mais a cooperativa e suas parcerias com programas do Governo Federal.

A partir da organização da Copag, cerca de 90% dos associados passou a acessar algumas modalidades de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf. Os recursos dos créditos são utilizados para o fortalecimento dos sistemas de produção e comercialização. Também fazem parte da rede de relações da Copag, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf; e a Fundação Banco do Brasil. Por meio dos programas governamentais, a Copag conseguiu ampliar o volume dos recursos financeiros, que, segundo o presidente, vêm garantindo a sustentabilidade do negócio e são utilizados para subsidiar as atividades da cooperativa.

Portanto, de acordo com os discursos dos entrevistados, a cooperativa vem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares daquela região, permitindo-lhes novas oportunidades relacionadas à ampliação dos seus negócios. O relato do entrevistado é elucidativo nesse sentido.

“A gente vê que a cooperativa teve um avanço. (...) Todas as conquistas vieram graças a Cooperativa. Se não existisse a cooperativa, estaria bem pior a situação do pessoal aqui” (sócio-fundador da Copag)

A melhoria na qualidade de vida do agricultor é ainda exemplificada com a ampliação da capacidade de consumo de cada família, ao que o presidente observa:

“(...) Hoje, todos têm sua casa, seu carro, sua moto nova... Tem família que tem dois carros, duas motos dentro de casa. Antes da cooperativa não tinham nada, mas graças a seu trabalho e seu suor, hoje estão “bem de vida.”

A ampliação da oferta de produtos como inhame, cará-de-são-tomé e a batata doce tem permitido que o município de Bonito e, por consequência, o seu município vizinho Barra de Guabiraba, venham ganhando expressão no âmbito dessa produção. Este fato revela a capacidade que tem a Copag em contribuir para sedimentar uma tradição local, dinamizando o território no qual está inserido.

“(...) A gente sente que o plantio na região cresceu.. Antigamente Bonito era o principal produtor de inhame do Estado. Hoje, ficamos em dúvidas se é Bonito ou Barra de Guabiraba. Eu posso lhe dizer que o crescimento da

produção de cará e de inhame, nos últimos dois anos, dobrou de 100% a 200% nesses dois municípios” (Presidente da Copag)

Os impactos consequentes do aumento da produção agrícola têm se refletido num significativo aumento da renda local, como salientado no discurso abaixo:

“Um canal de televisão, chamado Asa Branca, de Caruaru, fez um estudo aqui em 2007, a pedido da Prefeitura, a respeito da rentabilidade da produção agrícola e entregaram pra gente os números. E eu lembro, com precisão, que eles citaram naquela época que o inhame gerava para município 31 milhões de reais em renda. Hoje a gente percebe que é o dobro disso em Bonito, é muito mais que isso...”

Os dados revelam o peso da agricultura na dinâmica territorial local e os seus impactos sobre o desenvolvimento local em Bonito em termos de organização dos produtores em torno do aumento da produção e do aumento da renda local, como expresso no discurso a seguir:

“(...) Por isso que o nosso município é formado ainda por 85% de produtores. Apesar de todo o crescimento que a cidade teve e com a chegada de algumas fábricas a gente sabe que 80% da renda da cidade quem gira o nosso mercado, é o dinheiro da agricultura.” (Presidente da Copag)

3.5. INOVAÇÕES E PROJETOS FUTUROS

As inovações e projetos futuros no campo organizacional da cooperativa vão desde a construção de uma sede própria à aquisição de veículos. Em 2013, os associados fizeram uma assembleia para aprovar a compra de um caminhão F4000. Porém, de acordo com os relatos, houve um arrependimento do grupo em torno dessa decisão, constatando-se que seria melhor naquele momento, a construção de uma sede no terreno fornecido pela prefeitura. Esta decisão passou a ser identificada como prioridade do grupo, visto que a atual sede, além de alugada, não possui espaços apropriados para realização de suas reuniões. Decididos, então, a construir a nova sede, os sócios, entraram em negociação com a Prefeitura de Bonito. Entretanto, o interesse de firmar contrato com o PNAE exigiu, segundo os entrevistados, uma maior capitalização do grupo, o que repercutiu na venda do terreno doado pela prefeitura. Este episódio adiou os demais projetos, como ilustrado no discurso abaixo:

“Pra se começar no Estado (por meio da inserção no PNAE), tem que se ter uns R\$ 40, 000,00. E a gente, na época, estávamos sem nada. Tivemos que vender o terreno. (...) Organizar tudo, por exemplo, a compra de caixas plásticas, pagar impostos atrasados da cooperativa, contratar uma equipe, comprar os contentores agrícolas, dentre outros... Pagam bem, porém se tem uma exigência muito grande.” (Presidente da Copag)

As estratégias utilizadas pela Copag exigiram a compra de uma caminhonete Pick-up, para realizar as entregas dos produtos. Ainda no âmbito do transporte das mercadorias, a cooperativa conta com o auxílio de um caminhão doado pelo Programa Territórios da Cidadania⁶. De acordo com os relatos, o programa atende aos empreendimentos ativos, ligados à agricultura e ao território.

A Copag ainda conta com alguns equipamentos informatizados na sede alugada, como dois computadores, impressora/escâner e telefone, apesar ainda da precariedade dos equipamentos; de acordo com os relatos, os itens disponíveis atendem as demandas da empresa.

Em termos futuros, o principal desafio da Copag, segundo foi relatado, é o de manter um projeto sustentável economicamente, livre da dependência absoluta que hoje mantêm dos programas governamentais. Vale ressaltar que, hoje, em 2014, 95% da comercialização se dá pela via de programas de governo. Esse, aliás, é hoje, identificado pelos associados como o maior entrave da cooperativa e já estudam novas estratégias para romperem esse ciclo.. Nesse sentido em 2014, segundo o presidente da Copag, a empresa sonda comercializar com a rede de supermercados Walmart (Bompreço), inseridos dentro de um programa chamado Clube do Agricultor.

“Foram realizadas algumas reuniões recentemente com a equipe do Bompreço, acredito que agora poderemos fechar negócio com eles.”
(Presidente da Copag)

A cooperativa, caso oficialize a parceria, irá fornecer os seguintes produtos agrícolas: acelga, cará-são-tome, inhame e banana comprida. De acordo com as entrevistas, o contrato será oficializado ainda no mês de fevereiro. Porém, na ocasião das últimas reuniões realizadas em novembro de 2013, os associados decidiram que o tipo de contrato deveria ser “livre”, evitando, assim uma obrigatoriedade na entrega dos produtos. Neste caso, tudo iria depender da capacidade de oferta de seus associados.

Segundo os relatos de dois anos atrás, os desafios dos agricultores associados naquela época era conseguir diversificar sua produção agrícola, aumentando o volume, assim, dos produtos oferecidos. Em 2014, é possível registrar que tal esforço de diversificação já é exemplificado através do grande quantitativo dos sócios da Copag

⁶ Lançado pelo Governo Federal em 2008, o programa Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Para maiores informações disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>

que hoje já atendem a essa expectativa.

“(...) Quase todos os sócios plantam outra cultura como bananeira, feijão, banana comprida...”

Mas, de acordo com os depoimentos, o que ainda se apresenta como uma dinâmica constante no cotidiano da empresa é que o agricultor ainda vislumbra nos principais produtos comercializados, pela cooperativa, uma maior valorização de preço nos mercados.

“Na cooperativa o que o associado quer empurrar como quota de participação é o cara-são-tome e o inhame por causa de preço, peso, balança e classificação que são mais valorizados e tem seu preço assegurado pelo mercado.” (Presidente da Copag)

Dentre os problemas relatados pelos agricultores na ocasião da assembleia realizada em 08 de janeiro de 2011 está o fato de que boa parte dos agricultores associados plantam suas culturas sem a realização de uma prévia análise do solo. Há o reconhecimento da importância de se realizar tal análise, considerando que, apenas por meio da observação visual não é possível se determinar os problemas nutricionais das plantas, dentre outras questões. Watanabe (2002) ilustra a importância da análise do solo como parte de um planejamento da instalação das culturas agrícolas ou florestais. Ainda para esse autor, a análise do solo serve como prevenção de futuros problemas nutricionais que podem facilitar o aparecimento de pragas e doenças. Dessa forma, com a realização da análise pode-se chegar a aumentar a lucratividade, ao permitir um aumento da produção e da resistência da planta, diminuindo os gastos com agrotóxicos (inseticidas, herbicidas e fungicidas). Em consequência disso, haverá uma melhor qualidade de vida e menor impacto ambiental (WATANABE, 2002). Ao que reitera o sócio fundador da Copag:

“A gente sempre bate nessa tecla: procure sempre antes de plantar fazer análise de solo pra saber o que aquela terra vai trazer pra você.”

Diante do que foi discutido acima, pôde-se observar que a Copag, no seu campo organizacional, mesmo constatando suas limitações operacionais, tem demonstrado uma preocupação na busca de melhores caminhos para a atividade dos produtores associados do município. Constituído-se, assim, um fio importante de suas possibilidades futuras através da dinâmica que o empreendimento vem instituindo, na comunidade de Bonito, ao longo dos anos.

Conclusão

Este estudo sobre a experiência da Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco (Copag) buscou lançar pistas em torno do debate sobre cooperativismo, redes, agricultura familiar, comunidade e capital social, aqui compreendidos como elementos-chave para a construção de um sentimento comunitário e para o desenvolvimento local.

A Copag, situada no município de Bonito, especializada na produção de inhame, cará-de-são-tomé e batata doce, vem contribuindo para a sedimentação de uma vocação local, através da produção de tubérculos comercializados pela empresa, desempenhando um papel importante na economia do município. Os diversos discursos foram elucidativos no sentido de mostrar a importância da cooperativa na organização do agricultores em torno da comercialização dos seus produtos, no aumento da renda e na conquista de uma melhor qualidade de vida para os seus associados, o que, muito possivelmente, vem trazendo impactos sobre o município. O incremento do comércio local nesses últimos tempos pode ser um dado revelador nesse sentido.

Os discursos também revelaram a importância da agricultura no contexto das demais atividades desenvolvidas no município e, neste sentido, como afirmado, a chegada de algumas fábricas no município, não têm diminuído o peso da produção agrícola. E, nesse sentido, é importante frisar que a ressignificação da importância da agricultura no âmbito da produção de alimentos contraria a tese que identifica a perda de importância da atividade agrícola no âmbito do espaço rural, como já havia chamado a atenção Wanderley (2009).

A Copag é formada por agricultores familiares que, em sua grande maioria, não possuíam experiências anteriores com o cooperativismo, mas que conheciam outras formas de organizações associativas. Essa vivência em outras formas de associações possivelmente tenha motivado a escolha do grupo na criação de uma cooperativa. Naquele momento, havia a compreensão de que a organização da produção, o incremento da comercialização, a exclusão da figura do intermediário das transações comerciais se dariam necessariamente pela fórmula cooperativa. Curioso verificar que o significado em torno da figura do atravessador ou intermediário, no passado identificado como figura predatória na região, tivesse, hoje, assumido um novo status,

passando a ser identificado como um elemento importante nas transações, desde que resguardados das devidas cautelas. O “saber negociar” com o atravessador, como dito nas falas, constitui, pois, um mecanismo do aprendizado da vivência do grupo que tende a ressignificar o papel dos diversos parceiros comerciais e das estratégias estabelecidas com as políticas de comercialização intuídas pelo governo.

Ao longo da pesquisa, foi possível observar que a importância da Copag está, sobretudo, na rede comunitária da qual ela faz parte. Uma rede que congrega o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf), o Sítio do Mucuri, o assentamento de Dois Braços e suas respectivas associações e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário (CMDA). Tais entidades expressam a defesa de interesses comuns dos agricultores na sua vida cotidiana, de trabalho e de cidadãos, contribuindo para a ampliação da participação democrática, dentro do que Putnam discute sobre “comunidade cívica”. Tal perspectiva se aproxima da ideia de capital social, nos termos propostos por Coleman (2011: p. 302), esta identificada não como “uma entidade singular, mas como uma variedade de diferentes entidades (...) que facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura.”

Com efeito, a reflexão aqui traçada, lança pistas para a compreensão do papel da cooperativa na instauração de novos métodos de organização do trabalho e da produção local, chamando particular atenção para o sentimento de viver e dar sentido a vida comunitária, fundamentada em laços de solidariedade e reciprocidade, nos moldes discutidos por Cavalcanti (2013) e Sabourin (2009).

O acompanhamento da dinâmica da Copag nos últimos seis anos pôde revelar o esforço e o trabalho do grupo no enfrentamento das dificuldades operacionais relacionadas à comercialização dos produtos dos agricultores familiares, de manter vivo um projeto de comercialização livre da dependência, quase que total, dos programas governamentais de abastecimento alimentar, de adquirir um caminhão para facilitar a entrega dos produtos, de ampliar os mercados. A persistência no encaminhamento desses projetos, o êxito das conquistas, a definição de novas estratégias organizacionais e produtivas são alguns dos elementos capazes de assegurar a sua importância econômica e social no local em que está inserida, sedimentando a vocação econômica local e os laços que lhe deram origem.

Todos esses elementos, são importantes para a compreensão do cooperativismo agrícola no Brasil, particularmente no nordeste, revelando os seus limites e as suas possibilidades.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In: O futuro das regiões Rurais. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, R. **A rede, os nós, as teias**. RAP. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 34, p. 159-178, 2000.

ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998.

BAIARDI, Amílcar. **Participação da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Local Sustentável**, apresentado no Seminário sobre Metodologias Participativas para o Desenvolvimento Local Sustentável. Setembro de 1998.

BAQUERO, Marcello. (2002). **Democracia, cultura e comportamento político: um análise da situação brasileira**. In PERISSINOTTO, Renato e FUKS, Mario (orgs.), Democracia, Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Curitiba: Fundação Araucária, pp. 105-138.

BAQUERO, Marcello (Org.) **Alcances e limites do capital social na construção democrática In: Reinventando a Sociedade na América Latina: Cultura política, gênero, exclusão e capital social** Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECKER, Bertha (coord) (2006). **Logística e Ordenamento do Território**. Rio de Janeiro. Documento em elaboração.

BIALOSKORKI, Sigismundo Neto. **Cooperativismo e economia social: fortalecendo a entidade cooperativista um ensaio para o caso brasileiro**. III Seminário de Tendências do Cooperativismo Contemporâneo, 2002.

BIALOSKORKI, Sigismundo Neto. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: Um ensaio analítico**. Seminário de Políticas Econômicas em Cooperativismo e Agronegócio da UFV. São Paulo: 2002.

BODART, Cristiano. SILVA, Raniel Sampaio. **Solidariedade Mecânica e Solidariedade Orgânica**. Disponível em: www.cafecomsociologia.com/2011/01/solidariedade-mecanica-e-solidariedade.html.

Acessado em 22 de outubro de 2013.

BOESCHE, Leonardo. **Fidelidade Cooperativa: uma abordagem prática**. Curitiba: Ocepar, Sescop- PR, 2005.

BOGARDUS, Emory. **Cooperação; princípios**. Rio de Janeiro, Lidador, 1964.

BONOMO, Mariana. SOUZA, Lidio de. **Do Território a Cultura Comunitária: Representações sociais de comunidade**. Revista Electrónica de Psicología Política Año 8 No 23 – Julho/Agosto 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Las formas del capital**. In: Poder, derecho y clases sociales. Bilbao. Editorial Desclée de Brouwer, 2001, p. 131-164).

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável metodologia de planejamento**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2002.

BULGARELLI, Waldirio, **As Sociedades Cooperativas e a Disciplina Jurídica**, Rio de Janeiro: Ed. Renovar Ltda. 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Tempos e espaço nos mundos rurais do Brasil**. P. 37-64. Ruris: revista do centro de estudos rurais/ Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Vol. 1, nº 1 (2007). Campinas: UNICAMP/IFCH, 2007. 200p.

BRENO, Augusto Beltrão et. al. **Projeto Cadastro de Abastecimento por água subterrânea di Estadi de Pernambuco, diagnostico do município de Bonito**. Outubro/2005. Disponível em:

<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/peernambuco/relatorios/BONI175.pdf>. Acessado em 10 de setembro de 2013.

BRANCALEONE, Cassio. **Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: Revisitando Ferdinand Tonnis**. Revista de Ciências Sociais, v. 39, n. 1, 2008.

BRITO, Paulo A.B. (2007) **Redes, Solidariedade e Cidadania Democrática: A experiência Inovadora da Articulação do Semi-Árido (ASA)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife: UFPE, mimeo.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Comunicação Rural, Tecnologia e Desenvolvimento Local**. São Paulo: INTERCOM, 2002.

CASTELLS, M & BORJA J. **As Cidades Como Atores Políticos**. In: Novos Estudos CABRAP. Nº 4. São Paulo: CEBRAP, 1996.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Comunidades rurais e os desafios da sociedade contemporânea**. In: O mundo rural: mito ou realidade? Silva, Vanda Aparecida (Org); CARMO, Renato Miguel do (Org) – São Paulo: Annablume, 2013.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. **Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco**, in J.S.B. Cavalcanti (org.). Globalização, trabalho e meio ambiente. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1999.

CESAR, C. M. **Multiculturalismo e Reconhecimento em Paul Ricoeur**. Disponível em: <[http:// ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8357.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8357.pdf)>. Acesso em: 18 de setembro, 2013.

CENZI, Neri Luiz. **Cooperativismo desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro**. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COLEMAN, James S. **Fundamentos de teoria social**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas Cambridge, 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – Portal da Agricultura e abastecimento em boa companhia (**CONAB**). Disponível em: <http://www.conab.gov.br/index.php> - Acessado em 15/01/2014.

D'Araujo, Maria Celina. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

DELGADO, N.G. et al. **Estratégias agro-industriais e grupos sociais rurais: o caso do Mercosul**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996.

DIAS, Leila Christina. **Os sentidos da rede: notas para uma discussão**. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (ORG). **Redes, sociedades e territórios**. 2ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. P. 11- 28.

DUARTE, L.M.G. **O sonho feito: dos socialistas utópicos à utopia do cooperativismo ambiental no Brasil**. In: PORTO, M.S.G. (Org.). **Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1997.

DURHAM, E.R. (2004). **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DURSTON, John. **El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural: Díadas, equipos, puentes y escaleras**. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.

ESTATUTO SOCIAL da Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco (COPAG), maio/2006.

FÁVERO, C. A.; GRAMACHO, Z. S (2004). **O desenvolvimento territorial rural e a universidade**. In: Revista Informe Gepec, Vol. 08, nº2, jul./dez.,2004. Disponível em http://www.unioeste.br/cursos/toledo/revista_economia/ acesso em 13/01/10.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. 3. Ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

FILHO, Pedro Salanek & SILVA Christian Luiz da. **Capital Social e Cooperativismo no Processo de Desenvolvimento Sustentável: Estudo da cooperativa Bom Jesus - Lapa- PR** In: OLIVEIRA, Gilson Batista de (org.) O Desenvolvimento Sustentável em Foco: uma contribuição multidisciplinar. Curitiba: São Paula: Annablume, 2006.

FLORES, Murilo. **Assistência técnica e Agricultura familiar**. In Inovações nas tradições da Agricultura familiar. Lima, Dalmo M. de Albuquerque e Wilkinson, John (orgs.) – Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

FAZITO, Dimitri; SOARES, Weber. **Capital Social, análise de redes e os mecanismos intermediários do sistema migratório Brasil/EUA**. In: Territorialidades Hmanas e Redes Sociais. DIAS, Leila Christina e FERRARI (Orgs.), Florianópolis: Insular, 2011.P.219-241.

FRANCO, Augusto. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. 2 ed. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FRANCO, A. **Capital Social. Leituras de Tocqueville**, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Instituto de Política. Millennium. Brasília, 2001.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza & Desenvolvimento Local**. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

Fórum de Desenvolvimento Comunitário, 2008. Disponível em <http://apedc.livreforum.com/t12-conceito-de-comunidade> Acessado em 20/12/2012.

GADIEL, José Antônio Peres. **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Faculdade de Direito. Programa de Pós Graduação em Direito – UFPR, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A Construção do Saber, manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre. Editora: Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 155- 156p.

LEITE, P. S. **Combatendo a pobreza rural**. Fortaleza: Edições Iplance, 2002.

LIMA, Nataly de Queiroz. **Rede Sociais, Juventude Rural e Desenvolvimento Local: apropriações de propostas de comunicação para o desenvolvimento em redes globalizadas pelos jovens do Cariri Cearense**. Dissertação do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE), Recife: 2011.

KONZEN, G. O.; KRAUSE, E. L. **Cooperativismo: a empresa, sua contabilidade, sua auditoria**. Unisinos - série cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano - Cadernos Cedope, ano 13, nº 22, 2002.

MARIA, Adizailma et. al. **Movimento operário I: Anarquismo/Tendências** (2009). Disponível em: <http://historiaufpe2009-2.blogspot.com.br/2012/10/movimento-operario-i.html> Acessado em 10/03/2014.

MATOS, Ralfo. **Território e redes: dimensões econômico-materiais e redes sociais especiais**. In: Territorialidades Hmanas e Redes Sociais. DIAS, Leila Christina e FERRARI (Orgs.), Florianópolis: Insular, 2011. P. 167-187.

MARUCH, E. C.; MAFIOLETTI, R. L. **A Evolução do Cooperativismo e a Contribuição do Sicredi como Alternativa para o Desenvolvimento Econômico e Social – O Caso do Sicredi Norte do Paraná** – Monografia do curso de Agronegócios da UFPR, 2004.

MARTÍNEZ Inmaculada & PIRES, Ma.Luiza. **Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: Uma perspectiva empresarial e associativa**. Cadernos de Ciência e Tecnologia EMBRAPA, v. 19, n. 01, p. 99-118, 2002.

MC INTYRE, J.P E SILVA, E.S. **Como formar e gerir um empreendimento cooperativo – Série Cooperativismo**. Recife, SEBRAE, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

MONTEIRO, A. A., TAMANIRI, R. SILVA, L.C.C., MATTOS, M.R. et al. **Características da produção leiteira da região do agreste do estado de Pernambuco, Brasil**). Ciências Agrárias, Londrina, v. 28, n. 4, p. 665-674, out./dez. 2007.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo – um horizonte possível**. Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. UFPR: Curitiba, 2005.

OCEPAR - Banco de dados. Disponível em: <www.ocepar.org.br>. Acesso em: 16 de agosto de 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA-LIMA, José Edmilson (Orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**, Annablume, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer**

desenvolvimento local? IN: SPINK, Peter et alii. Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção. São Paulo: POLIS, Programa Gestão Pública e Cidadania, 2002, pp. 11-31.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Associativismo e Cooperativismo no desenvolvimento local**. In. SANTOS, Maria Salett Tauk, CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Associativismo e Desenvolvimento Local. Recife: Bagaço, 2006. 256p. il. p.153 a 184.

PERUZZO, Ciciliz M. Krohling. VOLPADO, Marcelo de Oliveira. **Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças**. II COLÓQUIO BINACIONAL BRASIL-MÉXICO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 01 a 03 de abril de 2009 – São Paulo – Brasil

PINHO, Diva B (1996). **Lineamento da legislação cooperativa brasileira, Manual de Cooperativismo**, v.3. São Paulo, CNPq.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O cooperativismo agrícola em questão. A trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá**. Recife, Massangana, 2004.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. A (re) significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: Jorge T. R. de Lima (org.). **Extensão Rural e desenvolvimento sustentável**. Recife, Bagaço, 2003, p. 45-69.

PIRES, Maria Luiza Lins (Orgs.). **Cenários e Tendências do Cooperativismo Brasileiro**. Ed.: Bagaço, Recife, 2004.

PIRES Ma. Luiza & CAVALCANTI J. S. **Imagens da Fruticultura do Vale do São Francisco: Cooperativas, reinvenção de estratégias e criação de oportunidades em tempos de enfrentamento da crise global**. Trabalho apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural (ALASRU), novembro de 2010.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é Cooperativismo**. *Coleções primeiros passos*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil**. *Revista Conceitos*, vol. 8, nº 15 editada pela ADUFPB (Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba), João Pessoa, 2009.

RODRIGUES, Roberto. **Novos tempos para o cooperativismo**. *Revista de Política Agrícola*. Brasília, n.33, p. 3-4, jul./ago./set. 1999.

SANTOS, Maria Salett Tauk; CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. **Associativismo e Desenvolvimento Local**. Recife, Bagaço, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAUBORIN, E. **Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: conceitos, estratégias e atores**. In: SABOURIN, Eric e Teixeira, Olívio (orgs). *Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA: 2009.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336p.:il. – (Terra mater).

SCHMITT. CLAUDIA JOB. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. Sociologias, vol. 13, núm 27, maio-agosto, 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil (2011).

SCHNEIDER, José Odelso. **As origens do cooperativismo moderno.** In: MAY, Nilson Luiz (Coord.). Compendio de Cooperativismo Unimed. Porto Alegre: WS, 1998. P.22-2

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SCHNEIDER, José Odelso. **Globalização, Desenvolvimento Local Sustentável e cooperativismo.** Ponencia presentada durante el III Encuentro de Investigadores Latinoamericanos de Cooperativismo Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), de São Leopoldo, Brasil, 28 al 30 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0380.pdf>> acesso em: 25/11/11.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais/ vOL/ 18. N 51. Fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>> Acessado em 15 de setembro de 2013.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes Sociais: trajetórias e fronteiras.** In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (ORG). Redes, sociedades e territórios 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 29-50.

SENNET, Richard. **JUNTOS. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação.** Rio de Janeiro: RECORD, 2012, 377p.

SILVEIRA, Caio Márcio e DA COSTA REIS, Liliane (orgs.). (2001), **Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias.** Rede DLIS/RITS, p.164.

SILVEIRA, Caio. Miradas, métodos, redes: o desenvolvimento local em curso. Desenvolvimento local – Dinâmicas e Estratégias. Brasília: REDE DLIS, 2002.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento Local e Regional.**

Curitiba: IBEPEX, 2009.

VENTURA, M. M. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa.** Revista SOCERJ: Rio de Janeiro, 2007.

VILELA, S.L.O. (2002). Apoio aos Atributos Territoriais da Agricultura Familiar: O mel no Piauí. In: SABOURIN, Eric e Teixeira, Olívio (orgs). **Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências.** Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA. p. 143-196.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas** – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 53-86.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TADESCO, J.C. (Org.). Agricultura familiar realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPE, 2001. p. 406.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro** in Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. Pertensen, Paulo (org.) – Rio de Janeiro: A5-PTA, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade in O mundo rural como um Espaço de Vida – reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WATANABE, A.M.; BESSA, L.P.D.; CORRADINI, R.A.; MARTINS, T.G.M.; MONTE SERRAT, B.; LIMA, M.R. **Por que fazer análise de solo?** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Projeto de Extensão Universitária Solo Planta, 2002. (Folder).

WEBER, M. **Comunidade e sociedade como estruturas de socialização.** In: FERNANDES, Florestan. (org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 140- 143.

APÊNDICE

APÊNDICE I

(Roteiro de entrevista semiestruturada, aplicado aos associados da Copag no ano de 2011)

VISITA REALIZA A COPAG - BONITO

Roteiro de Entrevistas

Município: _____ Data: _____

Informante: _____ Escolaridade: _____

Função: _____

- 1) Qual a missão da Cooperativa?
- 2) O que motivou a criação dessa cooperativa? Pode historiar um pouco esse processo?
- 3) Vocês formaram a Cooperativa com o objetivo de barganhar melhores preços e evitar os intermediários. Vocês conseguiram isso de fato? Pode citar exemplos?
- 4) Quais as mudanças - a nível de inovações - vivenciadas pela Cooperativa desde o seu início? Seria possível citar alguns marcos destas mudanças?
- 5) A Cooperativa faz algum tipo de trabalho em relação à valorização do seu produto, no que diz respeito à agregação de valor cultural?
- 6) Qual o número de empregados na Cooperativa? Quais as funções?
- 7) Os produtores também vêm realizando inovações nas suas propriedades?
- 8) Quais as dificuldades vivenciadas no dia-a-dia da Cooperativa?
- 9) E a nível de gestão, quais são ainda as principais dificuldades?

- 10) Em que aspectos a Cooperativa já avançou e em que aspectos ela precisaria ainda avançar?
- 11) Quais são os projetos que a cooperativa tem?
- 12) A Cooperativa estabelece parcerias com instituições? Quem são os parceiros e o qual o tipo de participação que têm?
- 13) A prefeitura local dá algum tipo de ajuda?
- 14) Quais os aspectos positivos e negativos da cooperativa?
- 15) O corpo social é formado por quantos associados?
- 16) Desse montante, quantos participam efetivamente da Cooperativa? Como se dá essa participação?
- 17) Os associados participam também de outras associações?
- 18) Em sua opinião, o agricultor melhorou de vida com o ingresso na cooperativa? O que mudou na vida dele?
- 19) Qual é o perfil do associado da Copag? Como ele se caracteriza?
- 20) Os associados vivem apenas da atividade agrícola ou possuem outras atividades? Eles também trabalham como assalariados?
- 21) Qual o tamanho da propriedade (maior e menor)? A área média fica em torno de quanto?
- 22) Há a participação da família na unidade produtiva? Eles possuem empregados? Quantos?
- 23) Na sua opinião, a Cooperativa traz algum impacto a esse município e a vida das pessoas daqui? Em que sentido?

APÊNDICE II

(Roteiro de entrevista semiestruturada, aplicado aos associados da Copag no ano de 2013)

ROTEIRO COPAG

Ponto chave a ser explorado para a última visita a campo: **A Copag favorece e amplia o sentido comunitário entre os agricultores?**

1. Quantos associados da Copag estão ligados a outras instituições/grupos? (Ex: Associações, assentamento, CMDA)
2. Na última entrevista a Copag possuíam um total de 243 associados (quadro inoperante); mas ativos em torno de 70. Foi dito que iriam enxugar esse número o que mudou de lá pra cá?
3. Houve alguma situação de dificuldades enfrentadas entre os associados e a cooperativa? Algum conflito maior? Algum conflito com a gestão e direção da Copag?
4. Essa vivência a partir da existência da cooperativa permitiu ter uma proximidade maior entre os agricultores, permitiu estabelecer laços mais fortes entre os próprios sócios? De que forma?
5. Quanto às estruturas da sede. Havia se alugado um local perto ali da igreja mas não vingou, não é? E o caminhão o que houve?
6. Quais são os projetos futuros da cooperativa?
7. Até que ponto a vivência aqui na Copag está estimulando esse sentimento comunitário entre os associados?

ANEXOS

ANEXO I
(Fotos ilustrativas da Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco em Bonito, PE)



Figura 3: Frente da sede alugada da Copag;



Figura 5: Plantação de Cará São Tomé em Dois Braços.



Figura 4: Irrigação das plantações em uma Unidade produtiva;



Figura 6: A esquerda o Sr. Rosenildo José da Silva, produtor; a direita o Sr. Amaro José de Lima, vice-presidente da cooperativa e produtor no assentamento de Dois Braços.



Figura 7: Sítio do Mucuri em Bonito –PE.



Figura 8: Recolhimento de inhame em uma unidade produtiva de um dos sócios da Copag.



Figura 9: organização dos produtos nos contentores para transporte da mercadoria.



Figura 10: Classificação, pesagem e organização dos produtos.



Figura 11: Sede do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf).



Figura 12: Caminhão que auxilia no transporte das mercadorias da Copag, doação realizada através do “Programa Territórios da Cidadania” pertencente ao Governo Federal.



Figura 13: Faixada de entrada do Município de Bonito –PE.